

**ATA Nº 3 /2024**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**19 / 06 / 2024**

***“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “Àtrium Mira”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador e pela Sr.ª Regina Serrano, com a seguinte Ordem do Dia:-----

**PONTO UM:** Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento-----

**PONTO DOIS:** Apreciação e votação, nos termos do n.º 2 e n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação, conjugado com as alíneas l) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, dos documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2023, do Município de Mira-----

**PONTO TRÊS:** Aprovação da 3ª Revisão Orçamental e 3ª Revisão às GOP's do ano 2024 -----

**PONTO QUATRO:** Contratação de Empréstimo de curto prazo - Ano 2024 – Adjudicação e aprovação da minuta do contrato de empréstimo-----

**PONTO CINCO:** Aprovação, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 14º, do Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro, na redação conferida pela Lei 32/2012, de 14 de agosto, da área de reabilitação urbana (ARU) de Mira-----

**PONTO SEIS:** Apreciação, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de agosto, do relatório de contas de 2023 da sociedade Águas do Baixo Mondego e Gândara, EIM, SA.-----

**PONTO SETE:** Aprovação, de acordo com o descrito na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei. n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, da integração de servidão no domínio público municipal-----

**PONTO OITO:** Indicação de um membro do partido Social Democrata para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Mira, em cumprimento do disposto no Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mira, em

articulação com o artº. 26º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação-----

**PONTO NOVE:** Eleição de um autarca de freguesia como vogal do Conselho Cinegético Municipal, nos termos do disposto no D.L. nº. 202/2004, de 18 de agosto, na atual redação-----

**PONTO DEZ:** Eleição de representante para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM-RC, nos termos do disposto no artº. 83º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação-----

**PONTO ONZE:** 3.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira - Pólo II, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 122.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio na atual redação – Tomada de conhecimento

**PONTO DOZE:** Assunção de compromissos plurianuais – Tomada de conhecimento-----

**PRESENÇA DO EXECUTIVO:** Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, e os Vereadores Dr. Tiago Daniel Cruz, Dr.ª Madalena Isabel Colaço dos Santos, Dr. Bruno José Milheirão Alcaide, Dr.ª Adriana Milene Ascensão Sousa.

**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:** Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Maltez, Paulo Jorge Grego, José Luís Lavrador, Maria de Lurdes Mesquita, Regina Serrano, Maria José Silva, Gabriel Pinho, Carlos Nora, Guida Reigota, Mauro Seiça em substituição de Eurico Martins, Manuel Inocêncio, Telma Salvador, Andreia Petronilho, Pedro Laranjeiro, António Teixeira Silva, Sara Braguez, João Pedro Almeida, António Gonçalves, Augusto Miranda e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, dos Carapelhos Carla Santos. -----

**HORA DE ABERTURA:** A reunião teve início às 16h, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas.

-----PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA-----

**Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----**

**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----**

--- **Interveio a Sr.ª Presidente de Junta dos Carapelhos**, que começou por dar os parabéns a duas Associações que promoveram dois grandes eventos na sua Freguesia, a Associação dos Motards e a Confraria dos Grelos e Companhia. Referiu que os Motards tiveram cerca de duas mil pessoas no seu evento, na concentração Motard e a Feira do Grelos, não conseguia quantificar, mas referiu terem passado por lá milhares de pessoas. Eram eventos que promoviam a Freguesia e a sua cultura, que dinamizavam muito a nível Económico Social o Concelho, dava os parabéns às duas Associações que promoveram aqueles grandes eventos. No seguimento da Feira dos Grelos alertou que continuava pendente a questão do saneamento que naquelas alturas fazia grande moça porque eram eventos que atraíam muita gente, tinham uma dinâmica muito grande e trazia contratempos que podiam ser minimizados com saneamento na Freguesia, questionou como estava a situação do saneamento para a Freguesia dos Carapelhos. Relembrou ali um pedido feito já em últimas sessões que era a questão de uma informação às empresas de comunicação sobre os cabos que eram colocados e que depois não eram retirados os antigos, reforçava ali aquele pedido porque realmente tinham vindo a verificar a constante alteração de cabos, mas sem a substituição, sem a retirada dos existentes. A Junta de Freguesia já tinha informado aquelas entidades do descontentamento e do problema que podiam vir a causar quer aos peões quer a quem circule por ali na via pública nos seus carros. Chamou novamente a atenção das descargas indevidas em locais públicos, quer em terrenos quer em caminhos, deviam dizer às pessoas que existia o Centro Circular de Resíduos de Mira, que estava aberto todos os dias da semana, e onde as pessoas podiam fazer lá as suas entregas das obras em casa, e que existia um serviço que funcionava muito bem no Concelho, que

era o Serviço de Recolha de Monos e Monstros, que as pessoas deviam utilizá-lo em vez de descarregar as coisas nos passeios, junto aos contentores do lixo ou nos passeios ou em terrenos que estavam abandonados.-----

---- **Interveio Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia do Seixo**, quis alertar para uma situação que tinha acontecido com alguma regularidade junta da Zona Industrial Polo I e Polo II que era o desaparecimento ou roubo das grelhas do esgoto, o que implicava buracos que ficavam nos passeios e eram perigosos para os peões e não só. Quis também alertar que se tinha verificado algum atraso na recolha dos lixos nos contentores da Freguesia, portanto que originava, os contentores ficavam cheios e colocavam-se os sacos no chão, e isso depois trazia muito lixo pelas ruas. Quis também referir, uma vez que a Presidente de Junta Carla tinha falado nisso, o Seixo também tinha aquele problema, existia de facto uma falta de civismo da população, descarregavam os monos em qualquer sítio junto a qualquer contentor que depois não era levantado. Sabiam que funcionava aquele número para a recolha dos monos e alertava também a população para fazerem aquele registo que funcionava muito bem. Informou aquela Assembleia Municipal que o Seixo de Mira ia realizar o Terceiro Traill Terras da Gândara que tinha tido uma afluência em termos de inscrições muito significativa, um aumento muito relevante, estavam muito contentes com aquilo e gostaria de convidar quem ainda não se tinha inscrito, ou se quisesse aparecer por lá visitar a festa, de certeza que ia ser um momento muito importante para a Freguesia, muito relevante e iam gostar de os receber a todos. -----

---- **Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, que fez uma pequena reflexão sobre o que tinha sido as reuniões de Assembleia Municipal e os períodos de tempo entre elas, lideradas pelo Sr. Artur Fresco enquanto Presidente da Câmara, podia concluir, sendo totalmente isento que não conseguiu responder a inúmeras solicitações dos Srs. Deputados e no terreno percebia-se diariamente que a falta de intervenção agudizava. A falta de resposta, a falta de liderança e a falta de intervenção eram imagens de marca

daquele executivo. Tentando disfarçar aquela incapacidade de gestão com festas e palmadinhas nas costas, contudo servia aquele período de tempo para questionar o Executivo sobre algumas temáticas que gostariam de ver resolvidas e noutros casos gostariam de pelo menos ter uma explicação para o que acontecia. Reiterava que sempre pretendeu ser parte da solução e todos os dias trabalhava em prol da Freguesia que o tinha eleito, de forma positiva e construtiva. Todavia, sentia que as suas terras e gentes continuavam a ser maltratadas e abandonadas em diversas situações. Os problemas em grande parte continuavam a não ser resolvidos e era contra aquela inoperância que se insurgia. Assim, de seguida ia abordar quatro temas, colocando perguntas diretas sobre os mesmos. Primeiro, rotunda do Guarda Marques, afirmaram que tinham um protocolo para manutenção daquele espaço com a empresa Flatlantic, solicitava a cópia daquele documento e questionava em que data tinha sido aprovado e quem fiscalizava a sua aplicação. Segundo, rotunda do Miravillas e Miraoásis, questionou se já tinham descoberto quem teria que assumir aquela manutenção, e em caso afirmativo a quem tinha comunicado aquela decisão. Terceiro, stand do S. Tomé tinha obtido naquele dia, por parte do Sr. Vereador Tiago Cruz que a Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha sido excluída de participar com um stand nas Festas de S. Tomé, passou a ler o e-mail recebido, enviado pelo Vereador Tiago a ele enquanto Presidente de Junta, “*Caro Presidente, informo que tivemos uma procura muito forte por Stands para as Festas de S. Tomé, pelo que optamos por preencher os mesmos com o setor privado e associativo, neste seguimento não dispomos este ano de stands para as Juntas de Freguesia* ”, informou que aquela era uma comunicação daquele dia que lamentava e que desejava que fosse revista. Uma decisão unilateral por parte da Câmara Municipal que tirava a oportunidade às Juntas de Freguesias de estarem representadas naquele certame. Consideravam inadmissível tal prática inclusive não os tinham informado daquela pretensão, estando a cerca de um mês do evento, já tinham assumido alguns gastos para aquele fim, para

a própria decoração do stand, por outro lado não tinham avisado, não tinham perguntado e como tal privaram-nos da oportunidade de decisão. Mesmo que fosse para pagar, o que achava que não deveria acontecer, no entanto mesmo que fosse para pagar queriam estar representados e queriam ter um stand no S. Tomé que naquele caso lhes tinha sido vedado. Deixava a pergunta se consideravam aquela situação normal. Era assim que devia ser o relacionamento da Câmara com as Juntas de Freguesia, voltou a questionar. Quarto, Hasteamento da Bandeira Azul. Era considerado por todos como uma das imagens de marca mais fortes do Concelho de Mira, como era possível que àquele dia, em plena época balnear, oficialmente ainda não tinha sido comunicado ao Presidente da Junta da Freguesia da Praia de Mira nem à sua equipa a data do Hasteamento, aliás, até gostariam de saber se existia alguma estratégia para promover aquele importante galardão, mas nada sabiam sobre aquilo. Mas no mínimo era saberem e fazerem parte da decisão da data de Hasteamento da Bandeira Azul a não ser que não considerassem que a presença e participação da Junta de Freguesia fosse importante. Informalmente a seu pedido o Sr. Vereador Bruno, no dia anterior, através de mensagem tinha partilhado a data com eles, data essa que já tinham comprometido com compromisso que iam ter que alterar. Voltou a questionar o Sr. Presidente se considerava aquela forma de atuar a mais correta nos relacionamentos entre a Junta e a Câmara Municipal. -----

---- **Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Mira**, começou por felicitar todo o executivo e todos os que tinham feito parte da organização do evento do dia da criança que tinha proporcionado um dia cheio de vida no centro da Vila, notava-se a alegria das crianças que ali se divertiam com as atividades que lhes foram proporcionadas. Continuou referindo que na sua primeira visita à ETAR das Cochadas tinha ficado impressionado com a dimensão da obra e com a capacidade de encaixe do tratamento dos resíduos. Acreditava que ia ser a resposta aos problemas que tinham no Concelho e esperava que estivesse a

funcionar o mais rápido possível, deu os parabéns a todos os que tinham contribuído para que aquela obra fosse realizada. Tinha-se realizado no anterior mês de maio o Festival das Favas à Nossa Moda, organizada pela Junta de Freguesia de Mira que orgulhava todo o Executivo e todos os envolvidos. Tinha sido um fim de semana de convívio, alegria e muita diversão. Muitos comentavam que faltava no centro da Vila um evento daquele género. O movimento que tinha trazido ao centro e ao mercado local tinha sido excelente. Agradecia à Câmara Municipal pelo apoio logístico e aos seus colaboradores, às cinco associações que fizeram com que o primeiro Festival das Favas à Nossa Moda fosse possível e a todos os que os visitavam.-----

**Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----**

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----**

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal** que depois dos habituais cumprimentos começou por responder à Junta de Freguesia dos Carapelhos, à qual deu os parabéns pela dinâmica da Junta e das Associações pelos eventos que tinham organizado nomeadamente, os Motards e a Confraria que eram dois eventos de grande referência, com muita afluência que divulgavam os produtos da região. O saneamento estava pendente na Freguesia, já ali tinham falado sobre aquilo, deixava ali a garantia que ainda naquele ano seriam executados nas artérias que estavam previstas o saneamento e respetivo asfaltamento daquelas vias, na Freguesia de Carapelhos. Relativamente aos cabos, pensava serem cabos de comunicações, tomou nota. A descarga de resíduos em caminhos, era transversal também à Junta de Freguesia do Seixo, já ali tinham feito um alerta, para haver mais educação cívica para que aquilo não acontecesse, era difícil controlar, tinha que ser mesmo com uma educação e levaria algum tempo até que as coisas acontecessem como devia ser. Tinham o

Centro de Recolha Oficial para determinados produtos e as pessoas podiam a título gratuito, a recolha dos monos era só telefonar e iam recolher à porta de casa, mais uma vez deixava o apelo. Quanto à Junta Freguesia do Seixo, o furto das grelhas de saneamento, era realmente perigoso, era material apetecível para os furtos, mas depois deixava situações desconfortáveis, perigosas para o público em geral. Deu os parabéns pela organização do III Trail de Terras da Gândara, estava em crescimento aquele evento e seria com certeza mais um grande evento organizado na Freguesia do Seixo. Quanto à Junta de Freguesia da Praia de Mira, a reflexão do Sr. Presidente, era a reflexão do Sr. Presidente, tinha direito a pensar o que entendesse, embora não concordasse. Quanto à rotunda do Guarda Marques, tinha solicitado cópia do documento, o mesmo lhe seria enviado para que verificasse o que tinha sido aprovado na Reunião de Câmara, estava atribuída à empresa Flatlantic para fazerem um arranjo urbanístico daquela rotunda. A rotunda do Miravillas e do Miraoásis, disse que no regulamento que estava em vigor e no protocolo que tinha sido assinado entre as partes entre a Associação de Moradores de Miravillas e o Município, não estava especificado propriamente a rotunda, falava de uma forma genérica sobre os espaços verdes e envolventes ao aldeamento, portanto era prática normal os moradores mandarem limpar, cortar aquela rotunda. Em reunião a associação pediu para reavaliar os valores acordados, teriam mais de dez anos, onde se falou naquela rotunda, onde se decidiu que saía da esfera da Associação e passava para a esfera do Município a sua limpeza e corte, afirmou ser a rotunda do Miravillas e do Miraoásis, entenderam assim que não podia ser incumbida apenas ao Miravillas. Relativamente ao Hasteamento da Bandeira Azul, na reunião que tiveram de preparação da época balnear tinha sido apontada a data que estava prevista, seria no próximo dia 26, tinha sido falado com as entidades que estavam presentes embora houvesse necessidade de confirmação da hora. Também já tinham agendado mais do que uma vez aquela data, não a tinha comunicado porque tinham sido confrontados, por questões de agenda do Sr.

Secretário de Estado, tinha havido mudanças, o convite ainda não tinha saído oficialmente, estariam naquele momento em condições de afirmar que seria no dia 26 às 14h30 no Poço da Cruz e às 15h na Praia de Mira. Tinha uma alteração de última hora que tinha surgido naquele dia, aquela era a informação que tinham, iam-se basear nela para o Hasteamento. Relativamente ao Stand S. Tomé, pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

----**Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente** que depois dos habituais cumprimentos, esclareceu que as Festas de S. Tomé tinham tido um crescimento exponencial que era um ótimo sinal. Era verdade que não conseguiam responder a todos os pedidos, poderia dizer felizmente ou infelizmente, deixava à consideração de cada um, aquilo tinha a ver com a dimensão do recinto e a capacidade de disponibilizarem cada vez mais stands. Afirmou que a resposta que tinha dado ao e-mail do Sr. Presidente da Junta da Praia tinha sido aquela que o mesmo tinha ali tornado pública. Não se tratava de qualquer desrespeito pelas Juntas de Freguesia ou outras instituições, não teriam stands oferecidos para nenhuma instituição, foi uma opção tendo em conta a forte procura que tiveram. Esclareceu ainda que poderia haver outras maneiras de representação de todas as Juntas de Freguesia na Festa, mas nas condições de ceder stands seria difícil. -----

---- **Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara**, que referiu que o Dia da Criança tinha realmente sido muito movimentado, muito concorrido, muitas pessoas que estavam em Mira pela primeira vez, nomeadamente uma grande comunidade de imigrantes, também os tinham felicitado pela dinâmica que tinha havido naquele Dia da Criança. Quanto à visita da ETAR das cochadas afirmou, que quem tinha estado presente tinha visto as obras e estavam em crer que a curto prazo seria uma ótima notícia para todos. Parabenizou a Junta de Freguesia de Mira pela I Edição do Festival das Favas à Nossa Moda, com as cinco associações que se tinham revelado capazes de dar resposta, e tinham

provado que existia mil e uma maneira de confeccionar aquele produto tão característico da sua região. Estavam em crer que seria um evento que tinha tudo para continuar a crescer. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

---- **Interveio o Sr. Deputado Augusto Miranda,** depois dos habituais cumprimentos, lembrou as últimas eleições Europeias referindo que o ato eleitoral tinha corrido dentro da normalidade, o partido CHEGA colocou vários elementos nas mesas, a maioria foram jovens, militantes ou simpatizantes do partido. Saliou a enorme abstenção quanto aos resultados referiu que o partido CHEGA tinha sido a terceira força política mais votada no concelho, referiu as mesas de Portomar, onde tinham obtido o melhor resultado, Lagoa e Lentisqueira. Referiu que nas legislativas já tinham tido um ótimo resultado na Lentisqueira. Questionou o Executivo relativamente ao 25 de novembro, o parlamento tinha aprovado recentemente a evocação e celebração daquela data. Como aquela tinha sido sempre uma proposta do seu partido, nacionalmente e localmente, gostaria de saber quais eram as intenções do Executivo relativamente àquela data histórica para Mira. Informou terem tomado conhecimento através da imprensa a contestação de associações ambientalistas relativamente ao plano de expansão da Flatatlantic, a antiga Acuinova. As associações ambientalistas criticavam as poucas medidas compensatórias que se limitavam ao controle de espécies invasoras, nomeadamente acácias. Questionava se seriam apenas aquelas medidas compensatórias, para um plano de expansão que ia ocupar vinte e sete hectares de duna primária e secundária com edificações de três andares. Também queria perceber que medidas de controle de acácias iam ser implementadas e onde, se era em todo o concelho ou só no local, questionou. Questionou ainda o Executivo relativamente às espécies aquáticas infestantes, qual era a estratégia municipal relativamente aos

jacintos de água, se o Município monitorizava os níveis de fosfatos e nitratos nos recursos hídricos. Chamou a atenção para o facto de a primavera ser chuvosa e a ETAR das cochadas não estar em funcionamento, era natural que estivessem extremamente elevados, qual era a estratégia, absorver a maior quantidade de nitratos, fosfatos e metais pesados, só assim podiam entender a proliferação descontrolada de jacintos nos recursos hídricos. Alertava novamente para os pins de madeira na pista EUROVELÔ, que eram um perigo rodoviário, que infelizmente mais ano menos ano iriam dar dores de cabeça ao Município. Qual era a razão para que em Cantanhede, Vagos, Figueira da Foz, na mesma pista EUROVELÔ os pins serem de plástico e adequados para a circulação rodoviária, questionava. Questionou ainda o que se passava com a ponte junto à Obra de Frei Gil. Aproveitava para enaltecer a organização do Festival das Favas, dinamizado pela Junta de Freguesia de Mira a responsável pela sua organização, pela audácia. As favas à Gandaresa era um prato gastronómico identitário daquele espaço cultural, demográfico e sociológico, quer pela diferença quer pela estranheza, era um prato diferenciador, identitário daquele espaço geográfico, sociológico e etnográfico, era importante acarinhar aquela iniciativa, sob pena de verem favas à Gandaresa no cartaz turístico de Vagos ou Cantanhede. -----

---- **Intervenção do Deputado António Teixeira** que cumprimentou os presentes e os que estavam em casa. A época balnear já tinha começado e mais uma vez tinham que presentear os turistas que escolhia a nossa Praia com espaços públicos degradados e sem nenhuma segurança. Aquelas pessoas que tanto amavam a sua terra não mereciam aquilo. Pedia desculpa pela maneira como ia pôr algumas questões, mas se calhar era a melhor maneira para sensibilizar o Executivo. Questionava se os membros do Executivo não tinham vergonha de em plena época balnear, terem começado uma obra à mais de um ano nas Avenidas Cidade de Coimbra e Infante D. Henrique, e ainda não terem acabado, principalmente os traços da nova rotunda e de algumas passadeiras. Os

membros do executivo não tinham vergonha de em plena época balnear terem estradas e passeios em plena degradação, dava o exemplo da zona norte da Praia, onde pouco tempo antes um amigo seu tinha torcido um pé num buraco do passeio. Os membros do Executivo não tinham vergonha de, em plena época balnear, continuarem com o piso da Rua Cidade de Viseu naquele estado miserável realçando aquela passadeira que era uma aberração, voltou a questionar. Lembrava que por aquela Rua que acompanhava a Vala das Lavadeiras passeavam dezenas de pessoas diariamente, pois aquela vala era, na atualidade o verdadeiro viveiro da Praia de Mira, tanto de peixes como de aves. Ali sim, pais e filhos podiam observar ao vivo as maravilhas que a natureza lhes oferecia. Os membros do Executivo não tinham vergonha de em plena época balnear terem aquele barco da Arte Xávega, em tal estado, questionou. Os membros do Executivo não tinham vergonha de em plena época balnear terem os passadiços em tal estado que punham em causa a segurança pública, questionou. Existia algum plano de reparação, ou se já estivesse em curso era possível ter acesso aos documentos de contratação de tais serviços, voltou a questionar. O mesmo pedia referente à reparação do barco. De tudo aquilo que ali tinha mencionado tinha vergonha, quando os seus amigos turistas o interrogavam sobre o motivo de tanto desleixo e de tanta falta de empenho na Praia campeã da Bandeira Azul, a não ser que, como era hábito iam meter mãos à obra em plena época balnear. Questionava ainda como devia fazer, que trabalhava em mobilidade, quando estacionasse o seu carro de trabalho na Avenida Arrais Batista Cera ou no Largo da Barrinha, como não residia naquelas zonas ia ser certamente multado. Sugeria que retirassem um bocadinho às festas de S. Tomé, que não ia fazer grande diferença tais eram os números do mesmo, e investi-lo na animação da época balnear. Os turistas queixavam-se da qualidade da mesma, iriam certamente agradecer. -----

---- **Interveio o Sr. Deputado Pedro Jorge Laranjeiro**, depois de cumprimentar os presentes parabenizou o Clube Domus Nostra na pessoa do Sr. Presidente

Paulo Grego, pelos cinquenta anos de história do clube, uma excelente iniciativa, com direito a visita às obras dos novos balneários, que sem o apoio da Câmara, se calhar, não seria possível. Ainda relacionado com o desporto, e o Campo do Touring, gostaria de saber como estavam a decorrer as obras da nova iluminação. Ainda continuando no desporto, questionava para quando estava prevista a substituição do relvado do Estádio Municipal e também a melhoria da iluminação. -----

**Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:** -----

**2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS)** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, relativamente à intervenção do Deputado Augusto Miranda, o 25 novembro era uma proposta que podia lançar à Assembleia e se houvesse intenção seria em democracia que aquela decisão seria tomada. Relativamente ao resultado das eleições, comentou que Mira tinha sido um dos três Municípios do distrito onde a Aliança Democrática venceu as eleições. Relativamente à expansão da Flatlantic e do controle das espécies invasoras, das acácias, iria pedir ao Dr. Ângelo esclarecer alguma coisa sobre aquele assunto. Relativamente aos jacintos de água, era sempre um problema, o cenário das valas e dos lagos era complicado, tinham tido bastante trabalho no controle daquela invasora, mas era muito difícil conseguir a erradicação, diria até, impossível. Alocavam muitas vezes meios, mas passado pouco tempo as coisas aconteciam novamente porque a reprodução era muito rápida. A monitorização dos fosfatos e dos nitratos não era realizada, se calhar seria um caminho para evitar a proliferação de um modo tão rápido, não faziam aquele tipo de análises, mas poderiam ir por aquele caminho. Relativamente aos pins de madeira nas pistas da EUROVELÔ, era uma obra da CIM, já tinham feito alguma pressão e eles estavam a reavaliar aquela questão, portanto, havendo

outro tipo de pins que estavam instalados noutros Municípios onde a pista também passava, estavam a questionar porque é que em Mira tinham que ser de madeira. Relativamente à questão das outras invasoras, pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Dr. Ângelo. -----

----- **Tomou a palavra o Dr. Ângelo**, começou por referir que aquele estudo do impacto ambiental da empresa Flatlantic, resultava da ampliação para a terceira fase da inicialmente conhecida como ACUINOVA e PESCANOVA. Desde dois mil e sete que haviam três fases, a primeira e segunda fase estavam concretizadas e a terceira fase obrigava ao estudo de impacto ambiental. Nada daquilo era novo já vinha escrito desde dois mil e sete. Naquele momento as Entidades, ao analisar o que o prolongamento da empresa era longitudinal, fruto do que tinha sido a análise do novo projeto era uma realocização da terceira fase para o interior, para não pressionar tanto o cordão litoral e haver a reposição para o interior. Ao fazerem aquela análise, já havia a desafetação do perímetro florestal, foram colocados um conjunto de habitats, em que foram levantados no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental, e houve as medidas de compensação que passavam por várias situações. O controle das infestantes como as acácias, plantação de uma área perimetral equivalente à que estava a ser utilizada em áreas que tinham sofrido o incêndio de dois mil e dezassete, a questão de manter sempre as faixas de gestão de combustível sempre ativas, eram um conjunto de medidas impostas pelas entidades, o Município acompanhou sempre a elaboração daquele estudo e de alguma forma, aquilo que era a proposta de investimento era a realocização para interior daquilo que era o fecho da unidade, ou seja, desde o nascimento até à morte ficava tudo no Município de Mira. -----

----- **Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara** continuou respondendo ao deputado António Teixeira, disse lamentar que entendesse que começava a época balnear e estava tudo mal, às vezes a nossa postura relativamente aos nossos territórios quando só eram capazes de realçar o que estava mal, não era o melhor caminho para trazer o turismo que tanto pretendiam. Sabendo que não

estava tudo bem, pretendiam resolver as coisas, não conseguiam era chegar a todo o lado ao mesmo tempo. Pensava que o caminho não era dizer nem mostrar nem filmar, nem publicar o que estava mal. A obra na Avenida Cidade Coimbra, Rua Cidade Viseu, tinha falado na passadeira, tinham aqueles assuntos identificados não conseguiam era concretizar tudo no tempo em que pretendiam. Tinham feito várias consultas de mercado e ninguém tinha garantido iniciar e concluir as obras antes da época balnear, foram consultadas seis empresas nenhuma tinha respondido em tempo útil para as fazerem, tinham cinquenta mil euros na rúbrica para lançar um procedimento para iniciar o quanto antes, mas quando lançavam os concursos e não aparecia ninguém para concorrer era complicado. Relativamente ao barco da Arte Xávega também tinham aberto um concurso onde houve uma única empresa que concorreu, acabou o prazo, esteve aberto o concurso público e iam adjudicar àquela que era a única que tinha concorrido, seria realizada a intervenção no barco assim que fosse possível. Relativamente ao estacionamento para a viatura do Deputado informou que existia um regulamento para a atribuição daquelas matrículas, era uma questão de se dirigir à Câmara Municipal e verificar se reunia as condições para os moradores da Praia de Mira, para que pudesse ter direito àquele certificado. Tirar do S. Tomé para colocar na época balnear, eram opções, se o Presidente da Assembleia permitisse passava a palavra ao Sr. Vice Presidente.-----

---- **Tomou a palavra o Sr. Vice Presidente**, agradeceu ao Sr. António pela questão formulada, declarou que era uma questão de gestão de opções, se lhe perguntassem se gostava de ter mais cinquenta ou cem ou duzentos mil euros para investir na animação da época balnear, claro que sim, já estavam a cortar nas festas de S. Tomé, mas não podiam esquecer que tinham a animação da época balnear, logo a seguir tinham mais de cinquenta mil euros investidos na Mostra Gastronómica, logo a seguir tinham mais de cinquenta mil euros investidos na final do Europeu de Aquabik, das três provas que havia a nível da Europa, uma era na Praia de Mira, e logo a seguir tinham mais cem mil euros

investidos no Reveillon RFM Praia de Mira. Preferia investir em todo o concelho em termos de animação, fora da época balnear tentando atrair eventos ao longo de todo o ano, do que propriamente na animação da época balnear que por si só, a beleza das suas Praias já atraíam turistas.-----

---- **Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara** dirigiu-se ao Deputado Pedro Laranjeiro, em nome do executivo juntavam-se aos parabéns ao Clube Domus Nostra pelos cinquenta anos, tinha sido uma cerimónia muito bonita, carregada de emoção em determinados momentos em que as individualidades que lá estiveram presentes, os vários Presidentes das Direções, sócios, simpatizantes e o público em geral, tinha sido uma cerimónia muito bonita que se prolongou tanto no tempo porque realmente tinha sido um conjunto de atividades, não só naquele dia mas também nos dias anteriores, com atividades de grande nível e que só mostravam a dimensão do Domus Nostra. O Município comprometeu-se na ajuda da construção dos balneários do Domus Nostra com cento e cinquenta mil euros, tinham visitado as obras no local, e tinham noção que aquela ajuda seria fundamental para as obras andarem para a frente. O Domus também estava a fazer um grande esforço, tinham conseguido organizar vários eventos na angariação de fundos, não estavam somente a pedir ajuda, estavam a ser proativos e a tentar juntar dinheiro e tal como tinham lá prometido, a intenção do Domus e do Município era que na próxima época houvesse chave nos balneários e que estivessem prontos para serem utilizados. Relativamente aos balneários do Touring, era um compromisso, um acordo que tinham feito com a direção, a parte dos balneários ficaria à responsabilidade da direção e dos voluntários que se quisessem juntar, o Município comprometeu-se com outro tipo de obras, nomeadamente na envolvente, no relvado, e estava a decorrer naquele momento a instalação de um posto de transformação e que tinham um grande percurso, quem lá passava via o rasgo que tinha sido feito são longo do Orbitur, até à colocação do posto de transformação junto ao campo. Era uma obra que custaria ao Município perto de oitenta mil euros e que saia do investimento dos

cofres da Câmara, não tinham financiamento para aquilo, era o Município que estava a suportar aquele investimento da iluminação, aquele posto de transformação era essencial para se colocarem lá os postes e os projetores para dar a iluminação conveniente ao campo Lago do Mar. Também sabiam que o Estádio Municipal precisava de intervenção, já o tinha dito em mais do que uma vez e em mais do que um local, sendo o relvado mais antigo que tinham no Município, precisava de ser remodelado e já tinham garantido que seria colocado um novo relvado antes da nova época desportiva e tinham um curto espaço de tempo para efetivar aquele trabalho. A iluminação do Estádio Municipal, tinham resolvido, em vez de reparar a existente, iam fazer um grande investimento na mudança completa de toda a iluminação. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

----**Interveio o Deputado António Gonçalves**, que cumprimentou os presentes e todos os que assistiam nas plataformas digitais na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Iniciou a sua intervenção referindo que ia no sentido de uma outra que tinha feito, a algumas assembleias anteriores, ainda o Dr. Raúl era o Presidente da Câmara, acerca das condutas paralelas de água que tinham sido colocadas nas ruas de Portomar, na altura tinha questionado porque é que elas ainda não estavam a funcionar, ao que responderam que estavam quase todas a funcionar, certo era que ainda restavam quatro ruas na comunidade onde aquelas obras ainda não tinham sido concretizadas, a Travessa da Rua de Baixo que ligava à Rua Dr. Simões Cúcio, a própria Rua Sr. Simões Cúcio, a Rua da Lagoinha e a Travessa do X . Mantenha a pergunta, porque é que ainda não tinham sido feitas aquelas obras, uma vez que as condutas antigas estavam constantemente a criar problemas. Informou que tinha acontecido, naquele mesmo dia, na Rua da Cavada no sítio onde tinha havido uma rutura de água, questionava porque é que não se ia para uma política dos três “A”, Avariou,

Arranjou, Alcatroou. Tinha sido arranjado, mas o buraco tinha ficado e naquele mesmo dia tinha acontecido um acidente onde três ciclistas ao desviarem-se do buraco colidiram e tiveram que ir parar ao Centro de Saúde. -----

---- **Interveio a Deputada Clara Clemente**, que começou por cumprimentar todos os presentes naquela Assembleia bem como os que assistiam online. Dirigiu-se ao Sr. Presidente pedindo para haver uma reposição dos mecos junto às passadeiras de peões. A estrada da Barra de Mira era longa, perigosa, sem passeios, e tinham sido retirados os mecos junto às passadeiras, seria muito necessário e urgente a sua reposição, embora não fosse impeditivo de circularem com alta velocidade, achavam que era um obstáculo necessário. Continuou dizendo que era impossível combater o crescimento do mato, das canas, das ervas, no entanto, tinha fotos de vários locais na Barra de Mira, ao longo da estrada e da pista, onde aqueles elementos, ofereciam um grande perigo para a circulação rodoviária, ciclável e pedonal. A manutenção nos vários locais carecia de uma intervenção muito urgente, deixava ali o apelo. Deixou um convite para quem quisesse e gostasse da aprazível praia de Poço da Cruz, iriam ter uma festa de S. João no Parque de Merenda e Campo de Jogos, deixava o desafio de passarem pela festa se fossem dar um mergulho à praia, seriam bem-vindos. -----

---- **Interveio a Deputada Maria José**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Disse que ia dar a volta à sua intervenção pegando nas palavras do Sr. Presidente a propósito de uma resposta ao Deputado António Teixeira, afirmou que de pessimista não tinha nada, pelo contrário. Também pegando nas palavras do Sr. Vice-Presidente «, tendo em conta a falta de investimento ou opção de não fazer animação na época banhar na Praia de Mira porque as nossas praias eram suficientes para atrair o Turismo que pretendiam, não concordava. Questionou sobre a rotunda da Vala das Lavadeiras que tinham lá uns pins de plástico vermelho, queriam saber se obedecia a alguma linguagem de arquitetura paisagística, ou mais uma

vez aquilo que era uma solução provisória já se tinha tornado uma obra definitiva, questionou. Seguiu referindo que o Relatório de Observância do Direito de Oposição que constava do seu relatório de atividades, tinha conseguido localizá-lo, tinha sido aprovado, questionava, porque a eles ainda não tinha chegado nada. Outro ponto interessante e demasiado importante, marchas populares, já tinham assistido ao primeiro desfile, referiu que havia cada vez menos pessoas a assistir às marchas, tinham um valor imenso por todas as questões que envolviam, no revitalizar dos nossos pregões, das nossas memórias, dos nossos antigos, no fundo, da nossa identidade, mas, como fazer desfilar crianças em horário tão tardio, questionava. Bem sabiam que contratempos existiam, mas, como já tinha referido noutra Assembleia Municipal, não seriam as marchas populares merecedoras de um outro tipo de evento com suporte diferente, questionava. Relembra uma sugestão feita por uma Muniçipe que lhe tinha perguntado da questão de ver no local do desfile das marchas, um pequeno decore para os músicos. Por fim, tinha sido um assunto levantado nessa manhã por um jovem empreendedor do nosso concelho que em breve iria emigrar, perguntou se já se cobravam estacionamento na Avenida do Mar na Praia de Mira, porque não usar aquele dinheiro nas marcas rodoviárias do estacionamento, nas passeadeiras, nos sinais de trânsito que tinham caído e não tinham sido recolocados, se o jardim em frente ao Corta Sabores na Praia de Mira não era condigno de um arranjo, seria apenas importante aquando da campanha eleitoral. Seria que iam voltar a ter uma época balnear com uma marginal às escuras, sem vida e muitas vezes, no seu entender, sem alma, na praia que mais galardões tinham de Bandeira Azul. -----

**Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**-3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----**

**---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara, relativamente às condutas paralelas**

nas quatro ruas referenciadas em Portomar, ainda não foram ligadas à nova conduta, disse que podiam fazer alguma pressão sobre aquela utilização, nomeadamente, também na Rua da Cavada. O assunto estava delegado na ABMG, e quando faziam a reparação da rotura, tinha que fazer um rasgo, reparar e depois corrigir. Sabiam que a norma era deixar estar algum tempo com piso provisória, até abater como devia ser, e depois seria pavimentado, ou asfaltado, mas podiam fazer pressão para verificar se as coisas andavam de uma maneira mais célere. Explicou que cada vez que havia alguma pequena reparação, não iam logo buscar massa asfáltica para reparar, deixavam juntar algumas para depois as fazerem em conjunto. Respondendo à Deputada Clara Clemente, afirmou que tinham que ir ver se os mecos tinham sido furtados ou estragados para proceder à sua reposição. Só o facto de lá estarem, parecia que os condutores com a sua visualização, reduziam logo a velocidade e eram um desincentivo para as grandes velocidades. Relativamente às canas e matos que necessitavam de ser cortados, concordou, já tinham tido repostes daquelas necessidades, era uma matéria que estava delegada nas transferências de competências e no acordo que fizeram na Junta de Freguesia da Praia de Mira, portanto, sendo daquela Freguesia, o Sr. Presidente, com certeza, teria tomado nota para fazer aquele trabalho. Agradeceu o convite para o almoço e baile de S. João, se tivessem oportunidade lá passariam. Quanto à Deputada Maria José, em momentos anteriores naquela mesma assembleia, já tinha respondido a algumas das perguntas colocadas pela Deputada, no lançamento da empreitada para pinturas de sinalização, também estava englobada a rotunda da Vala das lavadeiras, os monumentos vermelhos e brancos não eram para ficar, eram provisórios, juntamente com a sinalização vertical, seria reforçada, também a sinalização horizontal. Referiu que as Marchas eram sempre um problema, havia dois locais para dançar, tinha alguns sítios onde tinha bancada, já tinham pensado em várias possibilidades, uma delas seria ter músicos contratados pelo próprio Município e que só se efetuariam a apresentação num dos locais, o que

encurtariam os passos, deixava essa questão para o Sr. Vice-Presidente responder mais concretamente. Continuou dizendo que sim, era verdade que estavam a cobrar os lugares de estacionamento, não podiam era usar o dinheiro cobrado no estacionamento para fazer reparação no mesmo local, era a mesma coisa do que, por exemplo, as receitas geradas pelo Parque Campismo, não eram só usadas para reparações no Parque Campismo, era uma receita geral do Município que depois as verbas eram canalizadas para onde achavam que era mais urgente. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

--- **Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente**, agradeceu a questão formulada pela Deputada. Parabenizou todos os marchantes e todas as marchas pelo excelente trabalho que produziam e apresentavam nas noites da Praia de Mira e de Mira, era um grande trabalho, ficava muito orgulhoso com o trabalho apresentado. Nem sempre tudo corria bem, como tinha acontecido na Praia de Mira, motivos completamente alheios à organização. Tardaram o início de algumas marchas, não queria fazer qualquer crítica, eram coisas que aconteciam, mas para as pessoas perceberem que não conseguiam controlar tudo, tal como as condições climáticas que eram muito voláteis, já tinham tido noites de Verão espetaculares, infelizmente na última, pelo menos para quem estava a assistir, não era a melhor. Queira também agradecer a todos os que permitiam continuamente, que todos os eventos acontecessem. A toda a sua equipa a todos os colaboradores da Câmara Municipal que se empenhavam e se dedicavam aquela causa, um agradecimento. Todos os anos tinham uma reunião preparatória e uma reunião de avaliação onde havia sempre grandes discussões, no bom sentido. Se lhe perguntasse a sua opinião, diria que devia haver só um recinto, iria ultrapassar aquela questão da demora da entrada e saída do recinto, mas não queria tomar decisões unilaterais, tentavam sempre ser o mais democrático possíveis tentando agradar ao máximo as pessoas. Registava a opinião da Deputada, continuava a achar que era um dos momentos

muito fortes em termos culturais no Concelho, o que devia em grande parte às associações e aos marchantes que dedicavam muitas horas do seu dia a dia, para promoverem aquela prática cultural. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, que explicou que realmente poderiam haver algumas áreas que fizessem parte do acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia que precisassem de manutenção, mas tinha a certeza absoluta que existiam inúmeras áreas que eram da responsabilidade única e exclusiva da Câmara Municipal, nomeadamente a pista ciclo pedonal, como a Professora Clara tinha referido. O Sr. Presidente poderia não ser seletivo no que ouvia e deveria ter assumido a sua quota parte de responsabilidade, aliás deveria ter capacidade de colocar a funcionar os serviços de forma organizada e competente para conseguirem ter aquele tipo de intervenção, que infelizmente não tinham e não era na Barra de Mira, podia ir ao sul do Concelho de Mira, podia ir ao Norte do Concelho de Mira, podia ir às quatro Freguesias que existiam inúmeras situações de responsabilidade do executivo que era liderado pelo Sr. Presidente que demonstravam total incapacidade. Relativamente à Junta de Freguesia da Praia de Mira, nas matérias em que tinham responsabilidade, assumiam-na, mas podiam começar pela pista e a pista ia ser transversal a toda a Barra, só ali existiam horas e horas de trabalho que não estavam feitas pelo executivo. Era bom que se conhecesse o território porque quando a professora Clara tocou na questão dos pines e o Sr. Presidente disse que tinham que verificar o que estava a acontecer, já estavam há um ano a falar daquilo e o Sr. Presidente ainda não tinha tido tempo para ir à Barra de Mira ver o que é que eram os pines, o que demonstrava uma total incapacidade total de sequer perceber o que estava a acontecer no seu território e a maior parte das questões nem as conseguia responder que tinha sempre de, coisas simples de resposta

direta, dar sempre a palavra ao Vereador Tiago porque ele se calhar estava mais habilitado do que o Sr. Presidente para lhe responder. -----

**Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**-4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA era CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio o Presidente da Câmara**, achava engraçado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, era seletivo nas coisas que pretendia dizer e afirmava assim, que não tinham capacidade para resolver as coisas. Tinham um território basto, que necessitava de muita intervenção, afirmou que fariam o seu trabalho e o Sr. Presidente que fizesse o dele, no que lhe dizia respeito porque assim é que as coisas podiam ser resolvidas. Também sabiam que as pistas eram da sua responsabilidade, por assumirem as deles e o Sr. Que fizesse o trabalho dele. Relativamente aos pines, já tinham conhecimento, apenas se tinha referido a isso porque não sabia porque motivo é eles já lá não estavam, não sabia o que tinha acontecido, se tinham sido acidentes rodoviários, se tinham sido furtos ou danificados de outra forma. Tinha sido apenas aquilo, sabia perfeitamente, e iriam resolver o problema dos pines na Barra de Mira, que não se preocupasse, não era da sua competência era da deles, que se preocupasse com as suas tarefas. Relativamente à passagem dos assuntos para Vice-Presidente, Vereadores, já tinha ido ali naquele dia um técnico da Câmara falar, passaria a palavra quantas vezes fossem precisas e necessárias para esclarecer, a dúvida era para ser esclarecida e passava a palavra a quem entendesse. -----

---- **O Deputado Augusto Miranda** solicitou interpelação à mesa, que lhe foi concedida. Disse já não ser a primeira vez que assistiam a dispensa de tempo naquela Assembleia. Há pouco tempo num debate quinzenal com o Primeiro Ministro, a bancada do PSD tentou conceder tempo ao Executivo, Governo, nomeadamente um minuto e quarenta e um segundo, o que causou estranheza em todas as bancadas e pedidos para reunião urgente de conferência de líderes.

O consenso em conferência de Líderes era que aquela prática não estava prevista no Regimento da Assembleia da República, não fazia parte, nem nunca tinha feito parte da Praxis Parlamentar Portuguesa e introduzia um desequilíbrio no debate parlamentar, eram aquelas as conclusões da conferência de Líderes. Compreendia que a bancada do PSD não conseguisse usar todo o tempo, até porque tinham Deputados Municipais que raramente intervinham ou até nunca tinham intervindo, não podia era aceitar era que a má gestão do tempo do executivo fosse premiada com mais tempo, por isso questionava a mesa, onde estava previsto no regimento a dispensa de tempo e se tivesse solicitava um parecer jurídico que justificasse aquela regimentação. -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Assembleia**, que referiu que a Assembleia da República tinha o seu regimento, ali, desde que se conhecia por gente que assim funcionava. Declarou irem aprofundar a questão. Não sabia se era legal ou se não era legal, se fosse necessário pediria um parecer jurídico, entretanto iam assim funcionando. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

---- **Inteiveio o Deputado Gabriel Pinho**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Iniciou a sua intervenção dizendo que queria ali manifestar o seu apoio e a sua admiração ao grupo da Universidade Sénior pela atuação que tinha feito uns dias antes na Associação de Solidariedade Social, ao qual tinha presidido um pouco, deu-lhe os parabéns porque achava que era um entretenho muito bom para eles, animaram muito bem e animavam as festas e tinham pedido se a Câmara lhes dava um bocadinho de apoio, ao que respondeu que o iria fazer de toda a vontade. Que não fosse monetariamente porque eles não precusavam pois já estavam reformados, mas em festas e outras coisas da autoria da Câmara ia pedir para os contactarem porque animavam uma festa muito bonita com músicas

tradicionais, por isso, dava os parabéns à Universidade Sénior, que era melhor do que estarem entretidos em alguns sítios que não faziam nada, só criticavam, eles pelo menos estavam a fazer uma coisa que era, divulgar e animar, com as nossas músicas tradicionais. Por outro lado, também deu os parabéns à Confraria dos Nabos, pelo êxito mais uma vez da sua feira, com tantos visitantes, aos Motards que cada vez também estavam melhores, com muita gente, e não podia deixar de dar os parabéns à iniciativa da Junta de Freguesia do Festival das Favas. Alguém estava ali a dizer... *“para que não vá para fora as favas...”* . Esclareceu que as favas não eram de Mira as favas eram da Região da Gândara, por isso havia Concelhos e Freguesias ali vizinhas que já faziam o Festival das Favas há mais de vinte anos. Por isso dava os parabéns por Mira acordar e ir naquele momento ver se ainda apanhava o barco. Havia outros festivais que estavam em mente de alguém, que alguém também se queria apoderar, como por exemplo, o Festival da Sardinha na Telha, a Tocha estava-se a apoderar e ele sempre tinha conhecido desde menino que a sardinha na telha era de Mira, com as batatas na areia, por isso as nossas tradições e os nossos usos e costumes deviam ser , muitos até nem sabia como tinha nascido a sardinha na telha, ele podia dizer só um bocadinho, não havia louça em casa e as suas mães e os seus pais diziam, “ o que é que vamos fazer para a ceia?” ao que o outro respondia, “ *compra sardinha, que eu vou cozer a broa, compra-se duas telhas ou três do telhado do porco,*” que eram os únicos que tinham telhas caleiras e é que servia de travessa para ir ao forno. Havia muita gente que nem sequer sabia aquilo, eram histórias importantes que deviam ser divulgadas aos seus vindouros. Votava-se a folhinha de figueira por baixo para não ficar a farinha agarrada, e a telha, mal acabava a refeição ia outra vez para o mesmo sítio para cobrir o telhado do curral do porco. -----

---- **Interveio o Deputado Paulo Grego**, cumprimentos todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Deu os parabéns ao Presidente da Junta de Mira pelo Festival das Favas pela excelente iniciativa e sobretudo, que fosse para

continuar, e ao executivo na pessoa do Sr. Presidente, queria agradecer-lhe o apoio e a influência que tinha tido para que o Secretário de Estado do desporto, Dr. Pedro dias, estivesse com eles no dia dez de junho no aniversário do Domus Nostra. Uma questão que seria do ponto seguinte, mas já ficava feita que era se estava a ser feita e de que forma estava a ser feita a monitorização do processo de reflorestação da área que dizia respeito ao concelho de Mira. A sua intervenção ali estava relacionada com o licenciamento das atividades culturais, recreativas e desportivas no concelho de Mira. Não podia deixar de referir que já no passado ali se tinha debatido pelo excessivo rigor no procedimento no que tocava a licenciamento de atividades, na altura em recintos fechados e apropriados para as diferentes modalidades. O que era certo é que após alguma luta, e resistência as coisas tinham mudado e tinham ficado, ainda que dentro da lei, bem mais simples e céleres e por isso esperava que aquela sua intervenção tivesse o mesmo efeito. Numa primeira nota preambular, não podia deixar de referir, com alguma tristeza, que nos últimos anos as pessoas tinham assumido cargos políticos de relevo no concelho, e quando falava nos últimos anos falava de há vinte, trinta anos, não era de ser uma situação de ser do PSD ou ser do PS, eram pessoas que anteriormente nas suas localidades foram dando nas vistas pela entrega às causas, pela dedicação às associações e aos eventos e por isso, já todos tinham passado pelos problemas relacionados com o que ele ali ia abordar. Era uma questão que já vinha de há muito tempo, logo a seguir à extinção dos Governos Cívicos e à passagem daquelas competências para as Câmaras Municipais. Tinha era pena de dizer que lamentava que as pessoas que já tinham passado por aquelas dificuldades, agora estando elas no sítio onde podiam facilitar aqueles procedimentos, se esqueciam ou que não fizessem nada para que aqueles procedimentos alterassem. Então, no que tocava à dinamização cultural e recreativa e desportiva do concelho, só via três soluções, primeira, as coletividades ou a comissões de festas para cumprirem a Lei Geral e da Autarquia em particular, ou davam um passo no caminho da

profissionalização dos seus quadros, que no seu entender era de todo inviável, ou por e simplesmente tinham que deixar de organizar eventos. Segunda opção, toda atividade cultural recreativa e desportiva, exceto a federada ficava em exclusividade nas mãos da Autarquia porque para eles a Lei era diferente e bem mais simples. Terceiro e aquela que achava que era a melhor solução, que lhe perdoassem achar logo à partida que era a melhor solução, mas os regulamentos municipais e os procedimentos tinham que ser revistos. O artigo 52.º do Regulamento Municipal, definia como divertimento público arraiais, romarias, bailes e outros, então era tudo. Tudo o que fossem fazer como divertimento público, porque aparecia ali o “Outros”, era tudo desde que ocorressem ao ar livre, em vias, jardins ou lugares públicos, assim de repente não via nada que não tivesse que ser objeto de licenciamento pela Câmara Municipal. Aquele licenciamento que de uma forma muito resumida exigia apenas a identificação do requerente e uma memória descritiva. Até ali, simples e pacífico. Mas num daqueles divertimentos públicos, se fosse instalado qualquer estrutura, como uma tenda, um palco, um palanque, um estrado, uma bancada, um bar entre muitos outros, aquele divertimento adquiria a classificação de recinto itinerante ou ainda, se o fim do divertimento público fosse diferente do uso comum de onde se realizasse, passava a ser um recinto improvisado. Ora, uma estrada, um jardim ou um lugar público, não era feito para um arraial, romaria ou baile ou um outro, portanto era sempre um recinto improvisado. Qualquer licenciamento tinha que ter, para além do divertimento público que era simples e pacífico, passava a ser itinerante e recinto improvisado e ali era que “*a porca torcia o rabo*”, porque os procedimentos e as exigências passavam a ser completamente diferentes, morosas, difíceis, para não dizer impossíveis de concretizar em conformidade com a Lei, com os Regulamentos, e sobretudo onerosos aos seus promotores. A própria Lei gera era menos exigente que o Regulamento Municipal, e sobretudo os formulários/requerimentos em uso na autarquia, já para não falar que o formulário e exigência documental varia

conforme o interlocutor da parte do Município, também era um aspeto a corrigir. Deu como exemplo, no mês de agosto, uma determinada família, queriam festejar uma data importante para eles, faziam uma reunião familiar com almoço num dos vários lugares públicos do concelho. Toda a comida era devidamente transportada para aquele local, não tinham o problema da confeção, o que é que aquela família perante o Regulamento Municipal de divertimentos públicos tinha que fazer junta da autarquia, questionou. Como eram cerca de cinquenta pessoas, previsivelmente ia estar um dia de calor, iam instalar umas tendas ara fazer sombra às mesas e cadeiras que os próprios levavam, passavam a ter um recinto itinerante, questionava. Como naquela família existiam algumas crianças e um amigo da família tinha comprado um insuflável, gentilmente tinha cedido o mesmo pra aquela família, passavam a ter um recinto improvisado, voltou a questionar. Naquela família havia um alguém com jeito para as cantigas, um dos jovens levava uma coluna de Karaoke para que o dia fosse inesquecível, passavam a estar obrigados a licenças de SPA e AUDIOGEST, questionava. A cumprir à letra o Regulamento Municipal e os formulários da autarquia, aquela festa teria de ser objeto de licenciamento, as tendas, as mesas e as cadeiras teriam de ter um termo de responsabilidade, fornecido pelo fabricante, o insuflável a mesma coisa, para além do seguro de responsabilidade civil de trezentos e cinquenta mil euros, entre muitas outras coisas. Como não era seu hábito ir ali apenas criticar, apontar falhas sem deixar soluções, deixava ali a sua sugestão. A Câmara Municipal criaria um gabinete dedicado especificamente aquele assunto, criava um documento orientador, simples, em forma de chave dicotómica, onde o Técnico Municipal na presença do requerente, com apenas duas ou três questões, enquadrava o evento na tipologia certa. Resolviam ali três a quatro semanas de troca de e-mails. Dava início à instrução do processo juntando toda a documentação necessária que em noventa por cento das vezes essa documentação já estava na posse da autarquia, pediam estatutos e NIF, tudo aquilo que a autarquia já tinha, mas voltavam a pedir. Depois pediam

plantas topográficas, que quem as tinha era a autarquia. Na presença do requerente faziam a memória descritiva, com um modelo pré-existente, ajustado às especificidades de cada evento, e logo no primeiro encontro e único, dizia ao requerente, que para aquele evento em específico, iriam precisar daquilo e daquilo que até podia ser enviado via digital. Em caso de necessidade, a autarquia, conforme dizia a Lei, pedia os pedidos de pareceres às entidades competentes. Não tinha que ser o requerente a fazê-lo, a Lei era bem clara. A autarquia contratava um seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, conforme a Lei, que abrangesse todos os eventos que viesse a licenciar durante o ano civil. Afirmou que tudo aquilo era possível, ele próprio o tinha confirmado e resolvia uma série de grandes problemas. A autarquia tinha nos seus quadros os melhores técnicos para fazerem em caso de necessidade todos os tipos de planos, como é que podem pedir ao requerente um plano de evacuação, cheio de medidas, quando tinham os melhores técnicos na Câmara para os fazer, questionou. Uma última sugestão, em vez de sucessivamente e de forma desigual a autarquia atribuir apoios pontuais e extraordinários, apoiava as organizações naquele processo e daquela forma. Investia naquele gabinete, naquele seguro de responsabilidade civil e acidentes pessoais, naquele levantamento topográfico, custeando as licenças de cada evento que fosse obrigado e isentando as taxas municipais sem estarem que estar a ver com aquela novidade que tinha aparecido se estava nos estatutos ou não o âmbito do evento para isentar a taxa ou não. Garantidamente do ponto de vista financeiro era um ganho para a Câmara Municipal, para os organizadores, a possibilidade de se poderem concentrar naquilo que efetivamente sabiam e deviam fazer, que era o evento e estarem todos, organizadores e licenciadores muito mais de consciência tranquila. -----

--- **Interveio o Sr. Deputado Carlos Nora**, referiu que como Presidente do Conselho Fiscal do Ala Arriba, queria dar-lhes os parabéns por terem subido de divisão. -----

---- **Interveio o Deputado Manuel Inocêncio**, disse querer congratular o Executivo na pessoa do Sr. Presidente pelo protocolo assinado com o Ministério da Saúde na atribuição do protocolo de requalificação do Centro de Saúde e das quatro Extensões de Saúde de Mira. Achava que era de muito louvável porque precisavam de reparação iminente para melhorar as condições quer dos trabalhadores, quer dos próprios utentes que lá recorriam. Aquilo englobava cerca de novecentos mil euros, segundo tinha visto na comunicação social, para as Extensões de Saúde e um milhão e oitocentos mil para o Centro de Saúde. Questionava, naquele âmbito, quando é que iriam começar as obras, se já tinham alguma data prevista se não tinham. Continuou dizendo que no ano anterior tinham sido efetuadas algumas fchas de segurança em algumas vias, na gestão de combustível, o que era certo era o que tinha árvores a vegetação rasteira crescia muito, mas o que não tinha árvores crescia imenso, questionava o que é que estava previsto, se eram os proprietários que faziam a gestão desse combustível naquele momento, tinha silvas, tinha mato, tinha acácias, tinha tudo e mais alguma coisa, porque as árvores com algum valor, tinham ido embora, era o proprietário, tinham alguma coisa planeada para intervir naquelas faixas de combustível, gostaria de saber. Outra questão era o velho cruzamento da Ermida, a 109 com a estrada que vinha da Corujeira, aqueles arbustos estavam novamente e impediam qualquer visualização de transito que viesse da 109. Aquilo estava mesmo perigoso, não se conseguia ver nada. Tinha ouvido com atenção aquilo que o Sr. Vice-Presidente tinha dito quanto à distribuição dos patrocínios em eventos na nossa querida Praia de Mira, toda a gente gostava da Praia de Mira, não havia dúvidas, mas se aquilo não era uma discriminação positiva, o que é que era, questionava. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, cumprimentou também quem estava a assistir online. Naquele ano comemoravam cinquenta anos de democracia, cinquenta anos de liberdade. Votar era uma das conquistas de abril. No anterior

dia nove, a Europa tinha ido a votos, em Portugal tinha vencido o Partido Socialista com 32,1% dos votos, deu os parabéns ao vencedor. Embora tenha ganho as eleições e tenha tido mais cento e sessenta e nove mil e noventa e dois votos, o PS tinha perdido um Eurodeputado comparativamente a 2019. A AD tinha ficado em segundo lugar com 31,1% dos votos, tinha mantido os sete Eurodeputados, tinha tido mais duzentos e noventa e oito mil e oitenta e nove votos e apenas menos trinta mil quinhentos e seis votos do que o Partido Socialista. O CHEGA tinha ficado em terceiro lugar com 9,8% dos votos, não tinha atingido os preditos dois dígitos, tinha tido dois Eurodeputados. A Iniciativa Liberal tinha ficado em quarto lugar com 9,1% dos votos e dois Eurodeputados. O Bloco de Esquerda em quinto lugar com 4,3% dos votos, um Eurodeputado, tinha perdido um, anteriormente tinha dois. A CDU em **quinto lugar**, com 4,1% dos votos, um Eurodeputado, também tinha perdido um Euro Deputado. O PAN tinha perdido o único Eurodeputado conquistado em 2019, na prática já tinha perdido, pois o Eurodeputado eleito tinha abandonado o partido um ano depois de eleito, conservando o cargo de Eurodeputado. Foi a primeira vez que se implementou o voto em mobilidade, podíamos exercer o nosso direito em qualquer mesa de voto do país entre as 08:00h e as 19:00h. Uma palavra de reconhecimento par a autarquia que tinha coordenado o processo eleitoral e a todos os elementos que tinham constituído as mesas de voto. Em Mira, nosso Concelho ganhou a AD com 38,20% e mil e oitocentos e setenta e nove votos, em segundo ficou o PS, com 30,21%, mil quatrocentos e oitenta e seis votos, menos trezentos e noventa e três votos do que a AD. Em terceiro o CHEGA, 9,84% quatrocentos e oitenta e quatro votos, também ali não tinha atingido os dois dígitos. Em quarto a IL, 8,17% de votos com quatrocentos e dois, em quinto o BE com 3,37% com cento e sessenta e seis votos, em sexto o LIVRE com cento e vinte e um votos. A AD ganhou em todas as freguesias do concelho de Mira, exceto na Freguesia da Praia de Mira onde venceu o PS. Um bem-haja a todos os eleitores que cumpriu o seu dever cívico. Este ano comemoravam os 50 anos

de abril e os quinhentos anos do nascimento de Luís de Camões o maior poeta português. No dia 12 de junho às 14:30h no jardim do Museu do Território da Gândara, a autarquia iniciou as comemorações dos quinhentos anos do nascimento de Luís de Camões, com a leitura e declamação da poesia de Camões, deu os parabéns pela iniciativa e desejou que viessem mais. Quis parabenizar igualmente o Executivo Municipal pelo concurso Mira Doce. O júri selecionou um doce denominado Visconde de Mira que foi confeccionado e se calhar inventado pelos Bombeiros Voluntários de Mira, questionou o Sr. Presidente quando é que podiam degustar aquele doce. A cultura, o preservar e conservar as nossas heranças culturais, literárias, ambientais, gastronómicas, entre outras, enfim as nossas raízes, a nossa identidade eram ações de extremo valor que contribuía para o nosso bem-estar e para o desenvolvimento e atratividade do nosso concelho. Mas também era crucial desenvolver e requalificar os espaços urbanos do concelho. Deu os parabéns ao Sr. Presidente pela requalificação do Bairro do Arieiro em Carrumeu, todos sabiam que era uma obra muito necessária para os seus habitantes e comunidade em geral, questionou se a obra estava concluída e se tinha corrido tudo conforme o previsto. Parabenizou a Junta de Freguesia de Mira, pelo Festival das Favas na qual tinha participado com uma associação, o Lagonense, julgava que era um evento a continuar melhorando, talvez, alguns aspetos, porque havia sempre espaço para a evolução, que continuassem. Deu também os parabéns ao Ala Arriba pela sua vitória. -----

**Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira**, relativamente à intervenção do Deputado Gabriel Pinho, referiu que o grupo da Universidade Sénior era da classe do Ukalelas que tinha ido animar à Freguesia dos

Carapelhos, já tinham estados em outros espaços também, realmente tinha sido um sucesso desde que iniciou. A turma tinha começado apenas naquele ano letivo, iam fazer o encerramento ainda durante aquele mês, da Universidade Sénior, já se via que era um sucesso. Tinham sido chamados para várias atuações e tinham estado, francamente bem a representar a Universidade Sénior. Também entendiam de tal modo que iam chamá-los, eles iam atuar no S. Tomé, embora a apresentação do programa do S. Tomé fosse só no dia seguinte, já ficava ali aquela nota, já estava a dizer que eles iam lá tocar. Quanto ao desafio feito, Festival das Sardinhas, porque não, era uma questão de alguém pensar, de agarrar e ideia e levar aquilo para a frente. Relativamente ao Deputado Paulo Grego, informou que o processo de reflorestação já tinha acontecido, que tinha sido acompanhado pelo Gabinete Florestal do Município incluindo técnicos do ICNF, a retanchar já tinha sido feita, para ver as árvores que tinham morrido e nova plantação. Informou que tinha sido aprovada uma nova candidatura, iria existir mais um momento de reflorestação no nosso concelho. As taxas de sucesso tinham decorrido conforme o esperado, pensavam que até ao final do ano aquela fase também estaria concluída. Relativamente à reclamação e sugestão de melhoria no regulamento orientador para os eventos, tinha conseguido apontar algumas coisas, pediu ao Deputado se podia fornecer o documento completo. A profissionalização, excluía logo ali, apontaria sim para a revisão do regulamento, talvez criar algum gabinete de apoio para aquilo, o que não era fácil pois as comissões de festas variavam de ano para ano, não eram as mesmas pessoas, não tinham uma pessoa coletiva constituída, seria sempre difícil fazer aquele acompanhamento, de qualquer forma ficava sempre algumas coisas sob a alçada da Lei Geral e depois outras sob a alçada do Regulamento que tinham no Município. Eles quando faziam sugestões ou algumas obrigações aos promotores também era para que se salvaguardassem, porque quando iam organizar um evento tinha que haver algumas regras, alguma precaução na segurança, porque havia alguns eventos que não ofereciam

grandes dúvidas, mas outros eventos que por exemplo fossem motorizados já podiam causar algum tipo de perigo e, portanto, tinham que ser acautelados. Outro nível, era o número de pessoas uma coisa era ser cinquenta pessoas, outra era ser quinhentos ou cinco mil. Apelou a que fossem sempre ponderados, a sugestão ficava feita, iam avaliar aquela questão. A questão dos apoios pontuais ou excepcionais podiam ser englobados nos pareceres, seguros e naquilo que tinha falado da responsabilidade civil, era uma questão a ponderar. O Deputado Carlos Nora, dava também as suas felicitações ao Ala Arriba, já tinham contemplado também o voto de louvor pela subida de divisão. Relativamente ao Deputado Manuel Inocêncio, respondeu que a assinatura do protocolo tinha acontecido na semana anterior, o anúncio feito era de oitocentos mil euros para a reabilitação das quatro Extensões de Saúde, Praia de Mira, Seixo, Lentisqueira e Carapelhos, os montantes não eram equivalentes a todas, cada uma tinha um montante destinado conforme as necessidades que tinha. A obra do Centro de Saúde para iniciar, estava no último ponto da ordem de trabalhos daquele Assembleia, o início estava previsto para o mês de agosto seguinte. Relativamente à gestão dos combustíveis iria passar a palavra ao Dr. Ângelo. Relativamente à Deputada Lurdes Mesquita, respondeu que relativamente a Camões, também entendiam que era importante e por isso é que tinham tido aquelas iniciativas. Relativamente ao Mira Doce, era uma ideia que já vinha de trás e entendiam que à semelhança do que existia do pastel de Tentúgal ou do bolo de Ançã, ou dos ovos moles de Aveiro, ou das queijadas de Pereira, criar em Mira um produto doce que fosse representativo da nossa região, por isso abriram o concurso, houve muitos concorrentes, quase todos particulares, individuais, apenas uma padaria/pastelaria é que concorreu, de resto eram pessoas individuais, e o júri tinha decidido pelo Visconde de Mira. Era um doce que tinha vários produtos endógenos da região, por isso o júri tinha considerado assim. Estavam naquela fase de ver como se ia produzir e quem é que o ia produzir, teria que ser alguma estrutura que tivesse capacidade para

fazer em quantidades, portanto a receita tinha que ser dada a uma entidade coletiva que o pudesse produzir em quantidades. Estavam a estudar a parte da embalagem, que eram muito importantes a divulgação e a melhor forma de o produzir. Quanto à requalificação do Bairro do Arieiro era uma obra há muito desejada, e necessária. Era um Bairro Social com algumas carências, fizeram a sua reabilitação, ainda não estava totalmente concluído, mas estava na fase final. Já tinha pinturas, faltava sinalização vertical, a pista Ciclo pedonal, que atravessava o Bairro do Arieiro até ao Casal, era realmente obra necessárias. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passara a palavra ao Dr. Ângelo para esclarecer a gestão dos combustíveis e eventos, se tivesse alguma coisa a acrescentar. -----

---- **Tomou a palavra o Dr. Ângelo** que começou pela questão da faixa de gestão de combustíveis. No âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios que estava aprovado, existia um planeamento daquilo que eram os trabalhos a realizar em termos de faixas, não conseguiam fazer, ou não estava previsto fazer a limpeza de todas as faixas anualmente. A competência Municipal era só dez metros para cada lado da faixa rodoviária que estava no plano, nem todos os caminhos, nem todas as vias estavam classificadas como via principal no plano. Era competência dos serviços do Município, naquele momento estavam em fase de adjudicação do planeado para 2024, já tinham realizado algumas faixas no âmbito do Serviço Público da Equipa de Sapadores, mas a competência das faixas da rede viária era do Município as vias que estavam no Plano Municipal Contra Incêndios e com o planeamento anual. A outra faixa da gestão de combustível quer fosse na envolvente dos aglomerados urbanos, quer fosse em casas isoladas ou mesmo em unidades industriais, era competência do proprietário do terreno. Era o que estava na Lei, tinha sido alterado com o novo diploma, se o proprietário não o fizesse havia um conjunto de tramitação de substituição de autos, mas isso um processo moroso e impraticável e em Sede de Comissão Sob Regional tinha sido levantada aquela

questão porque depois o ónus ia sempre para o Município. Relativamente aos eventos, a análise que o Deputado Paulo Grego tinha feito, não era nova, já se tinham cruzado e conversado sobre aquilo. Primeiro queria esclarecer duas tónicas, quando se fazia um licenciamento a preocupação não era o respeito pelo cumprimento da Lei, também era, mas não era o principal foco, não era a salvaguarda da defesa da segurança do participante e dos utilizadores de estruturas e equipamentos de diversão, também era, mas não era só esse. Melhorar a qualidade e oferta dos eventos festivos, também era, mas não era só esse. O principal foco do licenciamento do evento era única e simplesmente evitar o acidente e salvaguardar a entidade que fazia o evento. Aquela era a linha do Licenciamento. O regulamento já estava desatualizado, era correto, mas tinham vários diplomas habilitantes, tal como o Deputado tinha falado, recintos itinerantes, recintos improvisados, toda a panóplia daquilo que eram as obrigações dos promotores. Estava ainda prevista na lei a questão dos seguros, podiam depois arranjar as soluções e o melhor. Desde início do ano de 2024 que tinha havido uma tentativa e um trabalho efetivo que ainda não tinha passado à fase seguinte. Os serviços tinham desenvolvido tudo aquilo que era um projeto de como se licenciar um evento e porque é que se licenciava o evento daquela forma para explicar a quem fazia o evento que não era assim tão difícil. Tinham feito uma apresentação de PowerPoint que já tinham feito aos serviços, mesmo assim, fruto das interpretações que estavam na Lei e de hábitos antigos ainda haviam pequenas falhas que iam detetando e melhorado a situação dos licenciamentos, tinham já programado um encontro com todas as associações e aí tinham a questão das comissões de festas que eram muito voláteis, por isso não conseguiam ter o rosto, para explicar porquê e o que era necessário para fazer uma festa. Os serviços estavam sempre do lado da solução, desde sempre tiveram com o objetivo de ajudar, não podiam era substituir, porque os serviços tinham a obrigação da fiscalização e do acompanhamento. Se alguma coisa estivesse menos bem nas vistorias eram os serviços que tinham que identificar.

Identificar uma coisa menos bem de um papel e de uma coisa que os serviços tinham assinado, não ficava muito bem no filme de toda aquela situação. Ai a questão dos planos de segurança, do projeto de segurança de tudo aquilo que era a arte da parte da segurança dos eventos, deviam ser o promotor com a ajuda dos serviços, nunca tinham negado essa situação. Realçava que tinham tido aquela situação que a maior parte das pessoas desconheciam, naquele momento a Lei obrigava a que um insuflável tivesse seguro de acidentes de trezentos e cinquenta mil euros. A partir do momento em que uma pessoa estava a usar um insuflável num evento, se não tiver isso podia correr um grave risco porque uma criança podia-se aleijar a qualquer momento. O objetivo do licenciamento era mesmo evitar o acidente, que podia acontecer a qualquer momento em qualquer evento. -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

**PONTO UM:** Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento-----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -**

#### **1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara**, disse que o documento tinha sido distribuído, colocava-se à disposição para qualquer esclarecimento que fosse necessário.-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

#### **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----**

--- **Inteiveio o Deputado Augusto Miranda**, que referiu que na página 50 daquele relatório era feita referência à catalogação do espólio arqueológico entregue ao Município, bem como ao espaço museológico. Disse que poucas semanas antes tinham visitado o espaço museológico em Mira e congratularam-

se com a presença da ânfora romana que fazia parte do seu espólio. Era de facto uma peça maravilhosa que segundo a curadora tinha estado em restauro. Contudo tinham ficado dececionados com o parque espólio existente no museu. Sabiam que o Município tinha recebido um enorme espólio que estava a ser catalogado, questionou quais seriam as intenções referente àquele espólio. Também lamentava não existir qualquer referência ao período Islâmico nos museus, todos os indícios pareciam apontar para uma presença romana mais significativa no Concelho, mas a presença Islâmica era extremamente relevante na nossa identidade sociológica, cultural e etnográfica. A Gândara era o espaço mais a norte com vestígios daquela forte presença até há muitos poucos séculos. Disse que os vestígios islâmicos estavam presentes nos usos e costumes gandraeses que nos diferenciavam por exemplo da Bairrada. O museu em Mira sem uma referência Islâmica era um completo absurdo. Aproveitava também para questionar para quando a carta arqueológica de Mira, voltava a frisar que continuavam a aparecer peças Romanas Moçarabes entre outras em espaços de venda informal. Na página 54 daquele mesmo relatório era feita referência ao autocarro municipal de uma forma vaga, tinham chegado relatos ao seu partido com confusões quase diárias relativamente ao autocarro e carrinha do Município, não fala de casos específicos entendiam que deviam ser as pessoas ou entidades a fazer aquela reclamação. No dia 12 de maio no âmbito do projeto ECO ESCOLAS o autocarro tinha aparecido na EB2 de Portomar. A data que tinham na grelha final do projeto era o dia 12 de junho. De fato tinha havido uma primeira proposta de datas provisórias, mas aproveitou o autocarro e foram à Escolas Secundária, quando chegaram não estavam à espera porque a Escolas dos Carapelhos tinha cancelado a visita, mas tudo se tinha resolvido. No dia 12 de junho voltou a aparecer o autocarro na EB de Portomar, achou estranho, mas ficou na expectativa de ser uma compensação em virtude de no dia 12 de maio ter sido algo apressado. Chegados à secundária foram completamente barrados, pois estavam a decorrer exames nacionais. Os alunos questionaram porque

andavam às voltas de autocarro ao que explicou que era um treino que andavam a fazer para quando fossem à viagem ao Jardim Zoológico a Lisboa daí a dois dias. Pedia mais organização e cuidado na gestão de um bem municipal, que eram os transportes municipais. -----

---- **Intervenção da Deputada Andreia Petornilho**, relativamente ao relatório do Sr. Presidente da Câmara questionava no tema da piscina municipal na página 72, nos meses de abril e maio não tinha havido controlo e registo dos utilizadores da piscina devido, a avaria, questionava para quando seria a reparação do controlo, pois até ao sábado anterior ainda não se encontrava regularizado. Aproveitava para questionar também para quando a regularização da emissão das faturas emitidas através do programa informático de faturação das piscinas.

----- **Intervenção do Deputado Francisco Reigota**, disse que ao fazer uma análise daquele documento podia retirar duas conclusões, primeiro que a situação económica da Câmara Municipal continuava a ser preocupante em vários domínios, depois em várias áreas de obras e atividades que eram desenvolvidas e algumas que já tinham sido ali colocadas durante as anteriores intervenções, havia situações que o começavam a preocupar. Preocupava- o por exemplo, a forma como o Sr. Presidente tinha respondido referente à questão dos jacintos, dizendo que era praticamente impossível erradicar. O sr. Presidente de braços caídos dizia que não conseguia ter uma estratégia para erradicar os jacintos, quando há algum tempo atrás havia investimento exatamente para tentar erradicar os jacintos de água. Toda a gente sabia que num sistema hídrico de água corrente como era o caso, devia ser praticamente impossível erradicar, mas dentro de um lago não o era, tal como no Lago do Mar não existiam jacintos, na Lagoa também não existiam, mas já tinham existido, queria dizer que na Barrinha existia estratégia possível para erradicar. O Partido Socialista de forma responsável ao longo do tempo tinha dito como é que se metia em prática, simplesmente o executivo não tinha ido por aquele caminho e tinha a sua própria estratégia. Espasmava-se ao ouvir um Presidente de Câmara a dizer que era

praticamente impossível, era por essas e por outras que não resolviam as situações no concelho. Relativamente à obra na rotunda entre a Avenida Cidade Coimbra e a Avenida Infante D. Henrique, quando dizia que não tinham conseguido arranjar nenhuma empresa para concluir a obra, revelava simplesmente mais uma má planificação que era o que tinha acontecido quase em todas as obras. Quando pegavam no Lago do Mar e no parque de estacionamento lá construído e no Poço da Cruz então percebiam outra vez como é que a situação económica do concelho de Mira se degradava de forma tão acentuada e depois não tinham dinheiro para fazer investimento. Foi feito um investimento de mais de um milhão de euros naqueles dois parques de estacionamento, dito pelo executivo camarário que iria ser colocado um piso especial que fosse premiável e que ao mesmo tempo não era de tuvenam e que se conseguia reparar, estava pasmado porque tinham ido colocar tuvenam em cima dos buracos. Também recordava que o empreiteiro levou do Lago do Mar do Campo do Touring, toda aquela zona tinha mais de um metro de tuvenam, que tinha sido arrancado por retroescavadoras colocado dentro de camiões e levado para o estaleiro do empreiteiro, tinha fotografias, vídeos e pessoas que comprovavam aquilo. Na altura tinha colocado aquilo à Câmara Municipal o que lhe tinham dito era que aquilo não era mal nenhum porque o que iria ser colocado naquele piso era algo que era fantástico e que iria resolver o problema para os próximos anos. Não achava que se devia brincar tanto com a situação económica do Município, começava a ser grave demais e aquelas situações não apareciam como resolução e gostaria também que o executivo se prenunciasse sobre aquela situação. Pediu explicações de como funcionava o contrato dos parquímetros na Praia de Mira e relativamente à ETAR das Cochadas, saudava e ao contrário do que diziam que só viam as coisas negativas, também viam coisas positivas no concelho, mas ali naquele momento tinham que ser mesmo frontais e chamar à razão quem andava no caminho errado. Havia muitas situações que o caminho tinha sido errado. Relativamente à ETAR das Cochadas

esperava que dali a um tempo não fosse o Executivo também se apropriar daquela obra que foi feita que estava em curso e um dia daqueles até parecia que o Executivo é que a tinha lançado porque até se recordava de o Sr. Presidente da Câmara na altura ser Presidente da Junta de Freguesia nem sequer sabia bem o que estava acontecer na Freguesia de Mira, e depois tinha tentado a omitir várias situações de problemas ambientais que aconteciam na altura e achava que deveriam dar uma palavra de louvor ao Sr. Rogério Guímaro, que nem sequer era seu amigo, nem era do seu partido mas no entanto a ele se devia grande parte daquele investimento no que estava naquele momento a poder salvar grande parte do sistema hídrico no concelho de Mira, mas o Sr. Já estava esquecido por todos e ninguém o referia, no entanto aquele sim, se calhar tinha sido das pessoas que mais, a seguir a todo o Executivo da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que defenderam aquela situação em tempo, quando ia àquela Assembleia falar sobre aqueles temas lhe respondiam que não tinham conhecimento. Quando fosse a inauguração em setembro, da ETAR, que tivessem memória das situações e fizessem subverter as situações como faziam, por exemplo com a saúde, porque também algumas intervenções atrás a algumas reuniões atrás naquela Assembleia, tinha falado três coisas muito simples, habitação, saúde e educação, o governo anterior tinha acautelado através do PRR investimentos para aquelas situações, parecia que os investimento na saúde eram novidade, não eram era uma consequência do trabalho que estava a ser desenvolvido, eles saudavam que existisse a assinatura que houvesse a continuidade, iam era falar a verdade aos Mirense e não iam subverter e não iam como os cucos de meter os ovos nos ninhos dos outros. -----

**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, respondendo ao Deputado Augusto Miranda disse que tinham sido entregues duas moedas Islâmicas, não tinham a certeza se tinham ou não sido encontradas ali, tinham falta de espaços polivalentes onde pudessem ser feitas exposições mesmo que temporárias condicionava um bocado a introdução e exploração de novos conteúdos. O fraco espólio que tinham, tinham que o tentar preservar, tinham que o valorizar, por isso, indo de visita ao museu podia ser informado. Abarcar a coleção e o conteúdo sobre a herança Islâmica era uma proposta interessante e podia-se realizar, mas só tinham duas salas ali, era difícil conseguir fazê-lo. Quantos aos transportes do autocarro, pensava ter sido na troca de funções temporárias, era pena que as confusões aconteçam, não deviam ter acontecido, tinha às a ver com período de férias de funcionários que depois nas trocas verificavam que o funcionamento não era exatamente igual, depois aconteciam situações semelhantes aquela que era sempre de lamentar. Relativamente à Deputada Andreia Petronilho, o controlo e registo da piscina, a informação que tinha era que ia ser comunicada à informática para que a peça fosse intervencionada e a entidade que fornecia o sistema fosse fazer a reparação. Não tinham conhecimentos informáticos para conseguir resolver, tinha que ser a empresa a resolver aquela questão, pediu ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra à Dr.<sup>a</sup> Oriana para melhor esclarecer a questão. -----

----- Tomou a palavra a Dr.<sup>a</sup> Oriana que explicou que em relação ao torniquete tiveram alguns problemas porque os cartões não passavam no torniquete. Era um problema informático. Naquele momento já tinham os cartões, estava tudo a funcionar, só não tinham posto em funcionamento porque no dia 29 iam encerrar então acharam por bem não começar com aquele processo em junho, mas sim em setembro. -----

----- **Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara** que respondeu ao Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira dizendo que a erradicação dos jacintos na Barrinha era o que todos pretendiam, pensava que se atuassem todos da mesma

forma as coisas podiam-se resolver mais facilmente, mas nem sempre era assim. O Executivo tinha levado a cabo várias intervenções sobre os jacintos de água, tentaram mobilizar a população, tinham adquirido um anfíbio para conseguir dar resposta àquela invasora, mas notava-se muitas vezes que nos movimentos organizados para aquela limpeza a Junta de Freguesia da Praia não colaborava com o Município. A Junta da Praia preferia fazer um evento à parte no mesmo dia e mobilizar as pessoas que a Junta de Freguesia estava a fazer o seu trabalho, mas não em colaboração com o Município, já o tinham verificado várias vezes. O que tentavam era ter recursos humanos e meios mecânicos capazes de dar resposta para tentar erradicar. Se não tivessem intenção de combater o jacinto de água não faziam o investimento que estavam a fazer. Tinham o anfíbio próprio, do Município de Mira, tinham uma máquina pedida à CIM, a máquina estava em funcionamento, mas o balde raiado, que era o que funcionava não estava, por isso a máquina não tinha vindo para Mira, tinham um anfíbio da CIM que já tinham solicitado que deslocassem para cá com um operador, mas aqueles meios só funcionavam se junto às margens houvesse outro tipo de máquinas e tratores, camiões que pudessem deslocar os jacintos para outro lado para que não ficassem ali. Era, portanto, uma atividade conjunta que se não fosse bem organizada iam mexer nos jacintos e depois eles soltavam-se do sítio onde estavam e andavam por todo o espelho de água, o que era pior do que não lhe mexer. Não baixariam os braços, como o Sr. Presidente da Junta tinha dito, não baixariam os braços até resolverem aquilo. Relativamente à rotunda, não estava completa, se calhar não tinha percebido ou tinha-se explicado mal sobre a intervenção. A rotunda não estava completa porque a intervenção ainda não estava concluída, não podiam concluir uma parte e a outra não, quando viesse ser feita a sinalização vertical e horizontal a rotunda ficaria completa. Relativamente ao que tinha dito da ETAR das Cochadas, também se lembrava daquelas Assembleias Municipais, onde o Partido Socialista foi sempre contra e onde o Sr. Presidente tinha dúvidas se aquilo ia funcionar ou não ia funcionar.

Até tinham ali trazido um professor para explicar que aquilo era uma ETAR de 3ª Geração e depois essas dúvidas todas, agora como tinha lá ido fazer a visita... depois de um momento tenso a em que o Sr. Presidente da Junta da Praia cortou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, com a intervenção da Sr. Presidente da Assembleia o Sr. Presidente da Câmara conseguiu retomar a palavra e continuar com as suas explicações. Disse que o Executivo, e o Executivo anterior liderado pelo Sr. Presidente Raúl Almeida, sempre levaram a problemática das descargas às entidades competentes, sempre se queixaram daquelas descargas, alertaram até que depois da ETAR estar em funcionamento até deveriam, e iriam fazer força para que aquilo acontecesse, deviam limpar os recursos hídricos nomeadamente a Lagoa e a Barrinha que sofriam e sempre sofreram com aquelas descargas, foram eles que estiveram na linha da frente para a ETAR ser construída, para a ETAR ser uma realidade. Não queriam ficar com a ETAR para eles, os louros não eram só deles nem tinham pessoal especializado para trabalhar com a ETAR, tinha que ser pessoal que soubesse funcionar com aquilo, não queriam a ETAR para nada, só queriam que ela estivesse a funcionar. Mas parecia que a conclusão serviria depois já não hacer u, pé para se falar sobre aquilo. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passara a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

----- **Interveio o Sr. Vice-Presidente** que só quis esclarecer porque, às vezes parecia que tudo o que acontecia de bom em termos de investimentos por parte daquele executivo, que ele não era responsável e que o mérito era do governo, muito pelo contrário, quer os avisos que eram abertos em termos de 20/20, 20/30, PDR, PRR, todos e mais alguns, quer pela Comunidade Europeia, quer pelo Governo serviam para que os Municípios pudessem trabalhar arduamente e fazer a negociação daqueles temas como muito bem tinha sido feito pelo Presidente Artur Fresco. Se tinham, podiam gravar aquele bocadinho para depois partilhar no Facebook, se tinham onze milhões para investir na Videira Norte era mérito daquele Executivo Municipal, se tinham o maior investimento

da saúde alguma vez feito no concelho o mérito era daquele Executivo Municipal, se iam fazer o maior investimento de sempre na área da educação o mérito era daquele Executivo Municipal e da boa negociação que o Sr. Presidente tinha feito com a CIM e com a CCDR. Aquela era a verdade pura e dura, podiam escamotear, e dizia, o Governo do Partido Socialista tinha mérito, questionou, sim tinha, respondeu. O Governo da AD do Partido Social Democrata, também o tinha, todos tinham mérito, não podiam era escamotear o grande trabalho que aquele Executivo Municipal tinha feito, ao nível dos fundos comunitários, liderado pelo Sr. Artur Fresco. Doesse a quem doesse, o maior investimento de sempre na habitação, na saúde e na educação, para não falar de outros temas. -----

---- **Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara** para esclarecer que relativamente aos parquímetros, o contrato que tinham realizado com a empresa era de 50% para a Câmara Municipal, e 50% para a empresa instaladora. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

## **2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS** -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, que no seguimento daquela excelente intervenção por parte do Executivo, colocar os pontos nos “ii”, Sr. Vereador, primeiro que tudo não tinha sido o Presidente da Câmara Artur Fresco que tinha assinado os onze milhões, tinha sido o Presidente da Câmara Raúl Almeida, tinha estado naquela cerimónia onde o Sr. Presidente Raúl Almeida tinha discursado ao lado da Ministra e que lhe dava os parabéns e a dizer que aquele investimento só era possível com políticos como ela, que era das melhores políticas, mesmo não sendo do partido dele, que ele algum dia tinha privado, dando-lhe o mérito total. Por isso, sabia uma coisa, jogos de teatro os senhores iam fazendo até ao final, porque não tinham investimento próprio para apresentar., não tinham a Câmara toda rota economicamente e andavam a fazer empréstimos de quinhentos mil euros para tesouraria corrente porque nem sequer conseguiam pagar as suas obrigações. -----

----- **Interveio o Sr. Deputado Carlos Nora** que disse querer começar por falar numa situação que tinha presenciado, pensava que o Sr. Presidente se tinha precipitado, ou se tinha enganado, ao dizer que PS tinha sido contra a ETAR, o PS defendeu sempre com “unhas e dentes” a construção de uma ETAR como devia ser. O Francisco Reigota e ele tinham estado com a Dr. Marta Temido, onde estiveram a influencia-la para ela falar com as pessoas ligadas ao ambiente para que realmente acelerassem o processo. Só podia ser um lapso, foram sempre a favor, porque achavam que era fundamental para Mira. Relativamente ao relatório quis perguntar se já tinha aparecido algum interessado para o arrendamento por cento e vinte euros mensais, o bar da piscina em que tinha havido uma arrematação e não tinha surgido interessado na rematação em hasta pública. Quis ainda perguntar quais eram os principais pontos fracos identificados na análise SWOT, que tinha a ver com o sistema de gestão da qualidade. Disse gostar também de ver no relatório, por exemplo, o alcatroamento da estrada que ligava a Lentisqueira ao Sardão, seria que com tanto empréstimo, não sobrava nada para melhorar aquela estrada cujo estado estava simplesmente lastimável, questionou. Gostava ainda de ver no relatório a implementação dos multibancos na Lentisqueira e no Poço da Cruz, mas pelos vistos estavam na mesma. Gostava ainda de ver o avanço do saneamento na zona sul do concelho, mas como sabiam, nada. Gostava também de ver no relatório o início das obras para a edificação da sede do Ala Arriba, e por último, gostava ainda de ver, trabalhos de manutenção nos painéis do Areal junto à vala do Feira, que ligava à vala da Corga, ou era para ficar como estavam os edifícios da Lota e dos palheiros dos pescadores da Praia de Mira, questionava. -----

----- **Interveio o Deputado Mauro Seiça** que disse que após análise da documentação fornecida, ia dividir a sua intervenção em dois pontos distinto. Primeiro ponto, em toda a documentação que lhes tinha sido fornecida observava-se uma preocupação generalizada no detalhe, até conseguiam saber o numero de cartas que tinham sido enviadas, o tipo de cartas enviadas por

correio normal, cartas registadas com AR, entrega em mão, etc... no entanto quando chegava ao capítulo de divisão de obras municipais eram surpreendidos com uma lacuna significativa no capítulo de obras, que apesar da sua importância apresentava apenas um relatório de cinco páginas e meia, que mais parecia uma lista de compras daquelas que levavam quando iam ao supermercado. Aquele relatório não refletia a dimensão nem a complexidade das obras realizadas ou previstas, o que dificultava a compreensão e o acompanhamento dos projetos em andamento. A sua função era assegurar que o Município de Mira operasse com a máxima eficiência, transparência e que fosse uma pessoa de bem. Segundo ponto, poderia abordar vários pontos da gestão municipal, mas não queriam desfocar o discurso daquele ponto que merecia toda atenção. Iam analisar a análise dos pagamentos em atraso do Município entre janeiro de dois mil e vinte e maio de dois mil e vinte e quatro, conforme definição dos pagamentos em atraso da Lei nº 8/2012 de 21 fevereiro. A tabela fornecida permitia tirar as conclusões que entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois houve pagamentos em atraso, em dois mil e vinte e três os pagamentos em atraso começaram a surgir em maio com um valor de duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e setenta e oito euros e vinte centímetros, aquele valor aumentou significativamente para setecentos e doze mil duzentos e cinquenta e oito e treze centímetros em outubro, mas diminuiu para quatrocentos e dezasseis mil quinhentos e setenta e quarenta e quatro centímetros em dezembro. Em dois mil e vinte e quatro o ano tinha começado com pagamentos em atraso de duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e setenta e oito e vinte centímetros em janeiro, não sabiam se era coincidência ou engano porque reportava exatamente o mesmo valor de maio anterior, no entanto aumentou drasticamente para um milhão cento e treze mil setecentos e trinta e setenta e quatro centímetros em março, chegou a um milhão cento e oitenta e seis mil quatrocentos e vinte euros e cinquenta centímetros em maio. A evolução mostrava um aumento acentuado das dívidas em atraso, com mais de noventa

dias, não respeitava a Lei atual. A partir de maio de dois mil e vinte e três com picos significativos em outubro de dois mil e vinte e três e nos primeiros meses de dois mil e vinte e quatro. Aquele padrão podia indicar problemas crescentes na capacidade de pagamento por parte do Município ou outras questões financeiras que precisavam de ser analisadas e resolvidas. Os cidadãos de Mira não mereciam o rótulo de incumpridores, sim porque quando o Município falhava eram todos eles que falhavam. Para garantir o respeito aos cidadãos era essencial que eles, os seus representantes assegurassem a utilização adequada dos recursos permitindo que os cidadãos do concelho confiassem plenamente na gestão dos seus bens e serviços. Se o Município tinha aquele comportamento de caloteiro e incumpridor, significava que todos os mirenses estavam a ser, pois tinham sido eles que os tinham eleito. Esperavam respostas concretas e ações efetivas para resolver aquelas questões pendentes. -----

---- **Interveio a Deputada Maria José**, em relação ao ponto um, tinha só umas breves notas, de fato os seus olhos caíam de vez em quando sobre o Parque de Campismo e tinham ali mais uma contratação, pensava que naquele caso tinha a ver com pessoal. De fato o Parque de Campismo muitas vezes devia ser uma fonte de receita, mas era muitas vezes fonte de despesa, nomeadamente nas obras que lá tinham sido feitas, questionava quais foram as que foram feitas, depois uma última questão tinha a ver com o Museu do Território e da Gândara, ainda bem que faziam manutenção. Em relação ao Museu do Território e da Gândara visto que o espaço se encontrava no centro da Vila e tinha excelentes condições, se o Município tinha estratégias para a promoção para a implementação de atividades no fundo para atrair ali para o centro da Vila, às vezes, achava, um bocadinho de fervilhar que fazia falta também ali no centro.

**Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: 3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----**

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, que respondeu ao Deputado Carlos Nora, disse-lhe que o procedimento do Bar da Piscina tinha ficado deserto e seria então uma adjudicação direta, caso alguém pretendesse ficar com aquele serviço. Quanto às siglas que tinha dito, não tinha conhecimento do que era, tinha a ver com a Gestão do Sistema de Qualidade. Tinham a decorrer um procedimento paralelo, sem falar na Freguesia da Praia de Mira, de várias obras que iam acontecer onde a estrada do Sardão estava contemplada sim senhor, por isso, dentro de algum tempo ficaria resolvida, queria dizer que seria naquele ano ainda. Relativamente aos multibancos e era recorrente já aquela questão ali, as empresas que tinham contactado diziam sempre que não pretendiam instalar mais multibancos em Mira. Existiam dois centros onde já estavam guarnecidos, Mira e Praia de Mira, os outros territórios não eram atrativos, não tinham movimento suficiente para se justificar aquela instalação. Portanto a Barra e a Lentisqueira, que eram os dois locais que tinham sido ali falados, continuariam à procura, mas naquelas empresas não havia grande interesse, inclusivamente já tinha sido reavaliada mais do que uma vez o multibanco que se encontrava em Portomar e já tinha estado desativado durante algum tempo. A intervenção da vala do Feira, concordava que aquela intervenção era necessária, tinha lá havido algumas limpezas, mas o problema era mais grave, era de sustentação dos muros do prédio existente e, portanto, teria que ser uma intervenção estudada à maneira de garantir que não houvesse nenhuma derrocada maior. Relativamente ao Deputado Mauro Seiça, realmente o relatório podia pecar por ser demasiado pormenorizado, havia coisas que realmente os Srs. Deputados poderiam não ter conhecimento, optavam por dar às vezes informação que poderia ser considerada necessária, podiam equacionar isso, realmente o exemplo que tinha dado podia ser retirado, não queriam era depois de ser acusados de estar a ocultar algum tipo de informação, portanto iam estudar aquela questão. As obras, referia, eram poucas, disse que dentro de algum tempo voltariam a falar porque achavam que tinham grandes planos e as obras

iam para o terreno, portanto dentro de pouco tempo voltariam a falar porque existia planeamento e as obras haveriam de ir para o terreno. Pagamentos em atraso, os termos que utilizava às vezes, não sabia, quando escrevia não lhe parecia que usava termos um bocadinho exagerados, como “caloteiro”, havia de ponderar quando estava a escrever se os havia de usar ou não, eram termos fortes e não ficava bem. Mas ok, os termos ficavam com quem os utilizava. Os pagamentos em atraso existiam, relativamente ao que tinham, tinha falado nem, tinham um ponto um milhão e cem mil euros de pagamentos em atraso. Os pagamentos em atraso não eram nenhuma novidade, embora aquele montante fosse. Já tinha acontecido anteriormente era um problema que era pontual já tinha existido antes e tinha sido resolvido e estavam a tentar resolver novamente. Resultava do contexto em que tinha sido preciso pagar vários programas do Portugal 20/20, candidaturas executadas com muito aumento dos materiais, do preço de mão de obras, alguns deles desapareciam, tinham tido aumentos que não estavam a contar, com revisão extraordinária de preços e em que os custos finais tinham sido bastante mais elevados do que aquilo que estavam a pensar inicialmente. As obras estavam em execução, não iam parar as obras a meio porque estavam a ter aquela previsão, sabiam que ia acontecer, mas não podiam parar as obras, então andaram com as obras para a frente, tiveram que assumir à sua conta, financiamentos que inicialmente seriam previstos a oitenta e cinco por cento, na realidade feitas as contas rondaram os cinquenta por cento de financiamento, portanto o restante foi assumido às contas do Município. A descentralização de competências era outro dos fatores que tinham assumido na área da educação e na área da saúde e que tinham levado a ter mais despesa que muitas vezes os pacotes financeiros e como já ali tinha sido dito, muitas vezes os pacotes financeiros não acompanhavam o real custo do que tinham assumido, e o que estavam a fazer para resolver aquilo, questionava. Tinham um problema com duas empresas de recolha de resíduos sólidos urbanos, a ERSUC e a SUMA, tinham intenção de realizar acordos de pagamento onde

aquilo representava muito mais de metade do valor dos pagamentos que tinham ali a apresentar e que estavam em atraso. Era um grande aumento dos custos, a própria CIM já tinha interposto uma ação também contra uma daquelas empresas porque não concordava com os valores que estavam a ser implementados, com as tabelas deles, mas tinham que saber era lidar com a situação. Tal como tinha acontecido no passado estavam a negociar a celebração daqueles contratos e em breve podiam levar ali aos órgãos competentes para a validação dos documentos, não queriam que aquilo fosse feito de outra maneira, da mais transparência possível, no mês de junho tinham recebido a primeira tranche de um dos impostos que garantiam maior liquidez à Câmara Municipal que era a primeira tranche do IMI, e que ia permitir liquidar cerca de meio milhão daqueles pagamentos em atraso também. Entrando em acordo com as empresas que tinha falado e com os pagamentos que já tinham começado a efetuar naquela semana, estavam em crer que em breve teriam outra vez de volta a estabilidade financeira que desejavam. Relativamente à Deputada Maria José, o Parque de Campismo era uma fonte de receita, mas também era uma fonte de despesa porque entre o deve e o haver as coisas tinham desgastes, porque as coisas eram usadas e depois precisavam de manutenção. Não podiam deixar de fazer a manutenção necessária, nomeadamente nos Bungalows, porque se eles não estivessem utilizados não tinham receita, tinham que fazer o investimento para que depois estivessem em condições de serem utilizados. Aquilo era uma bola de neve, tinham feito algum investimento, aqueles contentores que estavam a servir de bar/restaurante no Parque de Campismo foram adquiridos pelo Município, antes pagavam aluguer, agora tinham feito a aquisição e, portanto, estavam a fazer investimentos que momentaneamente eram despesas, mas que a curto prazo se tornariam em receita e era nesse sentido que tinham que trabalhar, entendiam eles. Dinamização do centro da vila, um dos exemplos tinha sido as atividades dos quinhentos anos de Camões, o Dia da Criança, tinham tentado de alguma forma

levar dinâmica ao centro da Vila. A Junta de Freguesia tinha colaborado também com o evento das favas, algumas festividades elencadas e que tinham dias próprios era relativamente fácil, mas o centro da Vila era composto maioritariamente, se olhassem para a Avenida 25 de abril, era serviços, uma grande parte da Avenida onde realmente se passava pouco, portanto se houvesse capacidade de dinamizar, se houvesse capacidade de descentralizar da época balnear para fora, eram o que estavam a tentar fazer também, melhor seria. Agradeceu a colaboração. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----**

### **3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----**

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda**, explicou que as intervenções no combate aos jacintos de água não podiam ser só utilizar voluntários e intervenção mecânica, no seu entender teria que haver também uma vertente química ou com a monitorização da água da barrinha, nitratos, fosfatos, PH, e também biológica portanto, compreender o ciclo da planta para atuar no momento exato para puderem minimizar os danos. Relativamente à ETAR das Cochadas ser da 3ª Geração que ia implicar um grande volume de água voltava a frisar que a jusante da ETAR existia intenção do Município de Cantanhede de fazer grandes captações de água para a agricultura. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita**, quis apenas realçar que o relatório de atividades revelava o dinamismo que era implementado no concelho, as atividades que ali estavam e os serviços, ao contrário do que era ali dito que havia uma inatividade e que não sabiam liderar. Também, depois de ter ouvido o que tinha sido dito à cerca do saneamento, parecia-lhe que havia ali algumas falhas de memória ou alguma memória demasiado seletiva. O problema do saneamento, se havia localidade naquele concelho que sofria com as más decisões dos políticos era a Lagoa de Mira e por consequência a Praia, naturalmente. A Lagoa, a Rua Central Sul não tinha saneamento e, no entanto,

havia décadas que sofria o mau cheiro do saneamento do qual não beneficiava, quem tinha sido o partido que estava no poder, ali em Mira e que tinha assinado aquele contrato para executar aquela obra, não tinha sido o Partido Social Democrata, tinha sido o Partido Socialista. O povo da Lagoa agradecia ao Partido Socialista a execução daquela obra que poluía o seu Lago e lhes diminuía a qualidade de vida. O Partido Socialista não fez nada, deu-lhes mau cheiro e um Lago cada vez mais poluído. Enquanto habitante da Rua Central Sul, tinha ido várias vezes à Câmara Municipal de Mira, durante a vigência do Partido Socialista e liderado por alguém que dizia que era muito caro a um deputado com promessas por vezes vãs, que era naquela altura que iam resolver o problema, mas nunca resolveram. Parecia-lhe que agora iam ter direito a um Lago limpo e provavelmente iam ter direito a saneamento às suas portas. Quantos aos jacintos também não era um problema recente, a Lagoa, o Casal e a Barrinha tinham jacintos à décadas, o Partido Socialista também não tinha conseguido acabar com aquela praga. A própria tinha andado a tirar jacintos na Lagoa, e em 2014 também foi, enquanto voluntária, à Barrinha numa intervenção de remoção de jacintos promovida pela Câmara Municipal de Mira, as outras Juntas também participaram na remoção dos jacintos, assim como o Presidente da Junta da Praia que também esteve. Era um problema que não era novo, até parecia que, aqueles senhores que estavam lá sentados nas suas poltronas, não faziam nada. Acreditava que todos queriam o melhor para o concelho, mas o Deputado Francisco Reigota estava a querer também tinha responsabilidade naquilo tudo, porque também não conseguia fazer tudo o que era necessário. Também não conseguiam resolver o problema da ETAR, da poluição, e parecia que iam resolver, e aí é que estava o grande problema. O Partido Socialista que tinha perdido as eleições pouco tempo antes, dizia que tinha tudo encaminhado para resolver tudo, e em sessenta dias chegaram lá os do PSD e resolveram problemas dos Portugueses de classes que o PS não conseguiu em oito anos, porque não quiseram. Agora eles eram oposição, até queriam fazer mais e muito

mais, nem ligando para o endividamento ou se havia dinheiro ou se não havia. Estava a falar do caso concreto dos professores, que também lhe dizia respeito. Em oito anos não resolveram, a educação degradou-se, não havia professores na escola, não havia nada e os não resolveram porquê, questionou. A carreira dos professores estava resolvida e isso devia-se a quem soube negociar, isso devia-se a quem enfrentou os problemas que a educação tinha e que ia ter para o futuro. Não haver professores para lecionar, haver alunos sem aulas um ano inteiro a uma disciplina era um problema do país, não era dos professores. Ainda não tinha chamado mentiroso a ninguém, não tinha chamado, eram todas pessoas de bem, e sendo pessoas de bem, com as suas diferenças, se não, não estavam ali, queriam todos o melhor para o concelho, queriam, mas também queriam que aquela Assembleia mantivesse o nível que todos pudessem ver e que um dia daqueles até podiam ir parar ao programa do RAP, às tantas até podiam lá ir parar. Apelou a que se mantivesse o nível, como sabiam manter, até porque eram “bem-criados”. -----

**Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: 4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----**

----- **Interveio Presidente da Câmara**, quanto ao Augusto Miranda, que era transversal também à Deputada Lurdes Mesquita disse que os jacintos, até parecia que eram exclusivamente um problema Municipal, as queixas que tinham aparecido, os vídeos e as publicações, esperava que também tivesse, seguido para a entidade que deveria resolver aquele problema. Tinha algumas dúvidas que as coisas tenham ido parar à APA, porque realmente o Município fazia o que estava ao seu alcance, mas as entidades, era um problema nosso, mas não era responsabilidade do Município e parecia que estavam sempre ali a bater na mesma coisa, parecia que o Município é que não tinha capacidade para resolver um problema que não devia ser da sua competência, não é, não devia ser, não era da sua competência. Tentavam resolver porque estava no nosso

território, eles é que eram culpados daquilo tudo, mas não era assim que devia ser. Muitas vezes as cordas de contenção que tinham na Barrinha eram boicotadas, havia corte das cordas para os jacintos se soltarem, muitas vezes as portas de água eram vandalizadas, à maneira das águas entrarem onde eles não conseguiam controlar. Os jacintos eram muito mais fáceis de controlar a entrada na Lagoa do que na Barrinha. No Casal tiveram uma excelente intervenção, não dia erradicados, mas tinham saído de lá quase todos, na Barrinha era sempre muito mais difícil porque as entradas eram diferentes, mas porque manipulavam aquelas entradas e muitas vezes boicotavam o trabalho que estava a ser feito. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

#### **4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----**

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, questionou relativamente ao Festival das Favas, que saudava o evento, quais foram os apoios concretos que o Município de Mira deu, porque viram várias horas de trabalho por parte do Município, e nomeadamente na questão da contratação de músicos, de todos os espetáculos, queria saber que tipo de apoio é que o Município tinha dado concretamente ao Festival das Favas. Já que não respondiam ao Partido Socialista a diversas situações que eram de extrema importância e recordava que estavam no órgão fiscalizador Municipal, o órgão deliberativo Assembleia Municipal o Órgão deliberativo ia levar a cabo. Nos dias seguintes uma reflexão interna e ia consultar vários advogados e ia pedir uma sindicância ao Município para ser avaliado em todas aquelas áreas onde iam detalhar ponto por ponto, e iam pedir uma sindicância ao Município. -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Costa**, quis esclarecer que a Junta de Freguesia de Mira recebeu só apoio logístico da parte do Município, as restantes coisas foram da responsabilidade da Junta de Freguesia de Mira. -----

**Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, disse que quando ficava alguma pergunta por responder a intenção não era não querer responder. Quando não sabia responder, já tinha assumido que chamava técnicos, outras vezes podiam responder de outra forma que não diretamente ali. Anteriormente tinham referido que não tinha respondido ao Sr. António Teixeira por causa dos passadiços, da época balnear, realmente tinham dificuldade em dar resposta a reparações que eram necessárias porque a extensão, nomeadamente os passadiços era muito grande e tinham grande dificuldade de mão de obra para fazer as reparações porque nem toda a gente sabia trabalhar convenientemente com madeiras e tinham que contratar mão de obra exterior. T tinham concluído na semana anterior através de uma empresa que lá tinha ido colocar uma ponte junto ao passadiço, junto ao molhe, das casas de banho e parque de estacionamento. Era mais um problema que ficava, que pensavam que resolveria ali o problema dos acessos, até porque tinham sempre que garantir a parte das viaturas que tinham que entrar no areal para socorro e emergência, mas também era mais uma parte que ficaria para posterior manutenção, aquelas partes de madeira que ficavam junto ao mar tinham sempre necessidade de manutenções. Por isso, quando não respondia às pessoas diretamente, era porque não tinha tempo, enquanto as pessoas falavam, não conseguia apontar tudo. T tinham previstas manutenções nos passadiços, nomeadamente a norte para acautelar as intervenções que eram necessárias. -----

**PONTO DOIS:** Apreciação e votação, nos termos do nº 2 e nº 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação, conjugado com as alíneas l) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual

redação, dos documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2023, do Município de Mira-----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -**

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou tratar-se de uma obrigação legal, aquilo também não era um documento novo, era daquelas situações que tinham que ir àquele órgão que era a Assembleia. Tratava-se de conjugar as contas individuais do Município com as parecerias que tinham ou participação noutras empresas, estava a falar da AIBAP, estava a falar da ABMG. Como acionista tinham uma percentagem que era a sua participação, portanto aquelas contas eram validadas e auscultadas pelo TOC e pelo ROC e depois submetidas ao Tribunal de Contas. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----**

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda**, relativamente aquele ponto, certificação legal das contas consolidadas o auditor emitiu um relatório, novamente com bastantes reservas relativamente à situação Municipal. Elencou alguns pontos técnicos as limitações que preocupavam e muito o auditor, de referir a ênfase nas lacunas e dificuldades que o auditor encontrou. No seu entendimento seria importante acatar aquelas recomendações que estavam escritas no relatório. O Município não se encontrava em situação passível de recurso aos mecanismos de situação financeira, mas foram deixados novamente bastantes alertas naquele relatório de contas consolidadas. -----

---- **Interveio o Deputado Mauro**, referiu que ao analisar o relatório de gestão e prestação de contas consolidadas de 2023do concelho, lembrou naquela Câmara várias questões já colocadas variadíssimas vezes pela bancada do PS e que ainda aguardavam resposta. Eram perguntas cruciais para a transparência e eficiência da nossa gestão Municipal e que o ROC também tinha vindo a insistir

no ponto de ênfase e nas próprias bases de opinião emitidas no relatório. Quando teriam configurada a contabilidade analítica do Município, questionou. Quando teriam o inventário permanente a funcionar, voltou a questionar. Quando teriam no Município uma inventariação devidamente quantificada de todos os edifícios, onde estavam, como estavam, questionou. De acordo com o relatório do ROC eram cento e vinte edifícios, mas ainda se mantinha o valor patrimonial de zero. Questionou o Sr. Presidente sobre quando respondia aquelas questões tão importantes para o Município e para quando uma gestão clara transparente e eficiente. -----

**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio Presidente da Câmara**, relativamente ao Deputado Augusto Miranda afirmou terem a noção do que tinha escrito o auditor e portanto seria para ter em consideração e a mesma coisa relativamente ao Deputado Mauro, as questões colocadas pelo Deputado Mauro, que eram uma série de questões em que iriam fazer o levantamento e iriam responder-lhe por escrito, não tinha condições naquele momento para responder aquilo. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:**-----

**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS** -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, disse que sendo sincero e direto ia fazer ali duas sugestões que não eram totalmente direcionadas para o ponto mas queria fazer aquela abertura de intervenção exatamente porque queria também ser correto no que estava a dizer. Relativamente à ânfora que tinha sido ali referida, romana e relativamente ao Dori que estava no Museu Etnográfico da Praia de Mira, tanto um bem como o outro, deveriam fazer parte da catalogação e deveriam estar referenciados com tudo que ainda não estavam em alguns

domínios, nomeadamente o Dori que era propriedade da Junta de Freguesia da Praia de Mira e continuava a estar num local que até achavam correto mas que não estava sequer referido que aquilo era propriedade da Junta de Freguesia e deveria ficar assinalado. A única questão, que deixava era, relativamente à ânfora se tinha sido reparada ou se foi aquela explicação que deram ao deputado Augusto, ficava até preocupado com o que é que poderia ter acontecido à ânfora e recordava que a ânfora também era privada de um morador da Praia de Mira ou residente chamado Mário Reigota que era o proprietário daquela ânfora que a tinha cedida ao Município. Não sabia se ainda estava na mesma situação ou não e gostaria de saber em que ponto é que estava. -----

**Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio Presidente da Câmara**, explicou que relativamente ao Dori e à ânfora que deviam fazer parte do catálogo dos museus, sim senhor e referir a respetiva propriedade, a recuperação da ânfora ou restauro, não conseguia avaliar o que é que tinha sido feito, para não estar a dizer coisas que não fosse correspondentes à verdade. preferia informar-se primeiro. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

----- Submetido o PONTO DOIS a votação, foi aprovado com os votos do PSD.

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda**, declarou que o voto contra do partido do CHEGA era em consonância também com o voto contra no relatório de contas da última reunião. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita** que se dirigiu aos membros da Assembleia Municipal de Mira, citou a frase de SUN TZU “as *oportunidades multiplicam-se à medida que são agarradas*”. Desde 2013 aquele tinha sido e continuava a ser o lema dos executivos liderados pelo PSD. Estavam ali reunidos

para precisar o relatório de gestão e a prestação de contas consolidadas daquele executivo referente ao ano de 2023. A elaboração do documento em apreço resultava do cumprimento de uma disposição do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas e do regime financeiro das autarquias locais que estabeleciam que sem prejuízo os documentos de prestação de contas individuais os Municípios tinham que apresentar contas consolidadas com as entidades em que detinham participação, tinham que apresentar resultados financeiros obtidos no decurso do ano pelo conjunto de entidades que faziam parte do seu universo de atuação. Naquele contexto, no que ao nosso Município dizia respeito na prática estavam a falar de pegar nas contas individuais do Município, já apreciadas e aprovadas por aquela Assembleia em reunião anterior e adicionar-lhes os resultados apurados da AIBAP, bem como a valorização da participação que o Município detinha na ABMG. Assim sendo as principais conclusões apuradas naquele relatório de gestão e prestação de contas consolidadas referente a 2023 não poderiam ser muito diferentes das que foram apresentadas àquele órgão aquando da apresentação das contas individuais do Município, assim os traços distintivos daquele relatório que já tinham sido sublinhados aquando da aprovação das contas individuais do Município serão a forte aposta no investimento público em infraestruturas impulsionadoras do crescimento económico e social no concelho de Mira que têm sido levadas a cabo nos últimos anos por aquele executivo Municipal. Para que se tivesse uma perceção clara do esforço de investimento público efetuado podiam referir que só em 2023 foram investidos e pagos pelo universo Municipal quatro milhões e trezentos mil euros. Estavam a falar de obras que iam desde a requalificação da Escola Secundária Dr.<sup>a</sup> Maria Cândida, passando pela ampliação da área de localização Empresarial do Montalvo Polo I, reabilitação do Campo de Futebol do Lago do Mar na Praia de Mira, requalificação do centro da Vila de Mira, construção do Centro de Recolha Oficial do Município de Mira até ao projeto de reflorestação do concelho de Mira. Aquele

volume de investimentos tinha sido levado por diante sem agravamento da carga fiscal sobre os cidadãos e tinha sido efetuado num contexto bastante complexo de aumento generalizado de preços nomeadamente no setor da construção o que tinha colocado desafios acrescidos no que há gestão orçamental e financeira do município dizia respeito. Tal como tinha acontecido no passado, saberiam continuar a ter capacidade de se reinventarem de daquela forma conseguiam manter a aposta no investimento na melhoria das condições de vida de quem escolheu aquele concelho para viver ou trabalhar. Naquele momento de apresentação das contas consolidadas do Município julgavam que mais do que estar a repetir os argumentos apresentados aquando da apresentação de contas individuais do Município seria importante deitar um pequeno olhar sobre as contas apresentadas pela AIBAP e que no âmbito do relatório ali em apreciação eram incorporadas nas contas do Município. Importava lembrar que por deliberação tomada em 2012 a AIBAP tinha sido apresentada à insolvência, estava no que na gíria se dizia, falida. As dívidas a fornecedores e à banca acumulavam-se superiores a dois milhões de euros sendo que parte daquela, inclusivamente, já comunicada ao Banco de Portugal. O edifício da Incubadora encontrava-se votado ao abandono e, em vias de ter de ser vendido para, em sede de processo de insolvência o produto da sua venda servir pagar aos credores. Em suma, o património do Município esteve em perigo. Com a entrada em funções em 2003 do executivo liderado pelo PSD foi possível inverter aquela situação, foi possível recuperar a AIBAP e por essa via defender o interesse público, colocando a salvo o importante património que era o edifício da Incubadora de empresas. Em 2014 foi apresentado um plano especial de revitalização viabilidade económica e financeira da AIBAP, que permitiu o arquivamento do processo de insolvência que tinha sido despoletado. Aquele PER tinha sido escrupulosamente cumprido pelos Executivos municipais, todos os seus objetivos e metas tinham sido cumpridos e até superados o que permitia que, tal como se podia constatar pelo relatório consolidado que se estava a

presentar naquele momento a AIBAP contribuísse positivamente para os resultados do universo Municipal. Em 2023 a AIBAP apresentou um resultado positivo de mais de sessenta e seis mil euros, sendo que fechou o ano com uma dívida à banca inferior a um milhão de euros, novecentos e trinta e oito mil euros. Em cerca de dez anos o passivo da AIBAP passou de um valor próximo de dois milhões de euros para menos de um milhão de euros. Os números económico financeiros ali apresentados revelavam que o universo municipal continuava a atingir apreciáveis níveis de execução da sua receita e despesa. Quanto à receita, pela sua importância estratégica, apenas voltar a destacar a capacidade revelada de captação de fundos comunitários. Só em 2023 foi possível obter três milhões e quatrocentos mil euros de cofinanciamento comunitário o que se tornava determinante para se conseguir prosseguir com o ambicioso plano de investimentos nas áreas de Educação, Saúde, desporto, Cultura e desenvolvimento económico. Já no que tocava à despesa e tal como sublinhada aquando à apresentação das contas municipais do Município apenas notar que os documentos ali apresentados revelavam que de uma maneira geral os aumentos mais significativos resultavam do processo de descentralização de competências nas áreas da Educação e Saúde e do aumento de alguns custos nomeadamente da recolha e tratamento de RSU e energia, Resíduos Sólidos Urbanos. Tratava-se de áreas que importava acompanhar de perto nomeadamente ao necessário reforço do envelope financeiro associado ao processo de descentralização de competências bem como à necessária reforma do modelo de financiamento de todas as atividades ligadas ao ambiente. Aquele propósito, gostariam de saudar o discurso proferido no anterior domingo na cerimónia que assinalou os cinquenta anos da elevação da cidade da Póvoa do Varzim, no distrito do Porto pelo primeiro ministro Luís Montenegro no qual aquele reafirmou o compromisso com a descentralização defendendo que o processo só valia a pena se as competências fossem reais, se não fossem apenas aparentes se houvesse meios financeiros para executar aquela

competência. Importava lembrar que já em junho de 2023 a Associação Nacional dos Municípios Portugueses fez a apresentação pública de um documento de trabalho com as bases do que viria a ser a nova Lei das finanças locais, portanto, saudava-se a pré-disposição do atual executivo liderado por Luís Montenegro de, compreendendo os atuais desafios dos municípios, de uma vez por todas atualizar o quadro financeiro em que aqueles desenvolvem a sua atividade. Como aconteceu no passado, o PSD assumia a liderança no processo de implementação de reformas há muito tempo adiadas e que eram vitais para ser possível continuarem a proporcionar serviços públicos de qualidade aos Portugueses. Tinham que continuar a ser ambiciosos, tinham que continuar a lutar pela sua gente, pelo seu concelho pelo seu país. Iam continuar a fazer acontecer, pelo exposto confiavam e votavam favoravelmente o apresentado orçamento, relatório. -----

**PONTO TRÊS:** Aprovação da 3ª Revisão Orçamental e 3ª Revisão às GOP's do ano 2024 -----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -**

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou que se tratava da terceira revisão orçamental e da terceira revisão às grandes opções do plano que diziam respeito ao ponto quatro que era o empréstimo a curto prazo, tinham que ter previsto a entrada daquele montante em receita e a respetiva despesa associada ao mesmo. A revisão das GOP tinha a ver com a candidatura da lota, ainda da parte do PDR. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS** -----

Não havendo inscritos passaram à votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido o PONTO TRÊS a votação, foi aprovado com os votos a favor do PSD, abstenção do CHEGA e votos contra do PS. -----

**PONTO QUATRO: Contratação de Empréstimo de curto prazo - Ano 2024 – Adjudicação e aprovação da minuta do contrato de empréstimo-----**

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---**

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, que explicou que era um empréstimo a curto prazo para o ano de 2024, entenderam que entre dificuldades de tesouraria e contrair um empréstimo a curto prazo, optaram pela segunda opção. Pouco tempo antes tinha sido ali escamoteado e falado os problemas dos pagamentos em atraso e portanto estando atentos ao que podia acontecer não havendo liquidez e tesouraria, pretendiam contrair um empréstimo que tinha que começar e terminar no ano civil de 2024, portanto aquele empréstimo tinha apenas um objetivo que era adiantar o dinheiro à conta da reflorestação, tinham que pagar quatrocentos e muitos mil euros e portanto preferiam levar ali a aprovação de um empréstimo para adiantar o dinheiro e de seguida pedir o reembolso, assim que o reembolso entrasse nos cofres da câmara pagariam o empréstimo. Quanto mais rápido melhor, mas na pior das hipóteses, a 31 de dezembro daquele ano aquele empréstimo estaria liquidado. Restava dizer que entre oito instituições bancárias que tinha sido consultada sete tinham respondido, portanto os bancos confiavam no município de Mira e tinham apresentado um SPRED a seis meses de zero por cento. Portanto tinham condições ótimas para aceitar aquele empréstimo. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda**, referiu que naquele ponto constatavam novamente as dificuldades financeiras que o Município

atravessava. Estavam a falar de um empréstimo de quinhentos mil euros para pagar até ao final daquele ano de 2024. O próprio documento referia que era para apoio à tesouraria. Salientava, naquele mesmo documento, a diminuição da capacidade de endividamento do município, o que era preocupante. -----

---- Interveio o Deputado António Gonçalves, que afirmou que durante as últimas Assembleias a bancada do PS tinha vindo a alertar para o agravamento e degradação financeira do Município. Tal situação tinha ali a confirmação de que a Câmara Municipal de Mira tinha um problema de tesouraria vendo-se obrigada a contrair um empréstimo de apoio à mesma. Questionou o Sr. Presidente da Câmara que precisavam de saber para o que era exatamente o empréstimo dos quinhentos mil euros. Com certeza que não seria para liquidar os pagamentos em atraso porque aqueles ascendiam cerca de quase um milhão e duzentos mil euros. Gostariam também de saber como é que a Câmara Municipal ia conseguir gerar receitas no sentido de pagar todos aqueles valores em atraso e empréstimos, ia ter que contrair novos empréstimos para tal, questionou. -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça**, referiu que sobre aquele ponto tinha a dizer que, lamentavelmente, continuava a senda do endividamento do Município. Voltava a alertar e a demonstrar, maior preocupação com tão grande endividamento. Dizia não ser aquele o caminho. Como já tinha referido no ponto um, eles, s munícipes sentiam vergonha alheia pela forma como eram vistos por não serem cumpridores e estarem no limite do endividamento sem que uma solução se vislumbrasse. Questionava o Sr. Presidente se estava o Município a caminho da insolvência, não entendiam como é que apoio era aquele, a que se destinava uma vez que o apoio à tesouraria dava para cabimentar tudo, mas não lhes dizia nada relativamente ao destino daquele montante. Questionava se seria para regularizar alguns empréstimos que já se encontravam a decorrer, se tinha outra finalidade, qual era, seria talvez para financiar as Festas de S. Tomé. Para melhor entendimento da situação socio económica ou financeira do município questionava se tinha o Município uma escala de serviço de dívida. Quais os

empréstimos a decorrer, quanto e quando pagavam aqueles empréstimos. Se existissem, solicitavam que disponibilizassem aqueles mapas. Esclarecesse o Município, apresentassem aqueles mapas, Mira tinha que saber o desaire que estava a acontecer. -----

**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Inteiveio Presidente da Câmara**, disse pensar que as duas intervenções dos Deputados Mauro e António José eram relativamente parecidas, portanto a sua intervenção iria responder aos dois. Esclareceu que se tratava-se apenas de antecipar a receita para depois fazer o pedido de pagamento. Ia dizer outra vez! Aquele empréstimo era para adiantar dinheiro que se tinha que pagar para pedirem o reembolso. Tinham uma despesa de quatrocentos e muitos mil euros por causa da reflorestação que tinha sido feita, para reaverem o dinheiro tinham que liquidar aquilo, para não ficarem com dificuldades momentâneas, até receberem o dinheiro, de tesouraria, resolveram fazer um empréstimo. O empréstimo não se destinava a pagar as festas de S. Tomé nem a época balnear, a animação, era especificamente para aquilo, era especificamente para aquilo que estava a dizer e não contava para endividamento, era neutro, era para contrair naquela altura e liquidar até 31 dezembro de 2024, no mesmo ano. Assim que chegasse o dinheiro iam liquidar o empréstimo ao banco, se fosse durante o mês seguinte, era durante o mês seguinte. Quanto aos créditos que existiam, empréstimos, se quisesse ser informado como devia ser, teria que fazer aquele pedido e seria respondido por escrito, não tinha ali documentos para responder àquilo. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda**, disse que era só para reforçar que no que no documento dizia apenas que era de apoio à tesouraria, após ler aquele documento compreendiam que era para apoio à tesouraria, portanto se era para apoio à tesouraria era porque tinha dificuldades. Agradecia o esclarecimento do executivo, mas o documento era omissivo relativamente aquilo. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita** que referiu que os partidos da oposição fossem contra o que era proposto pelo executivo, era normal, era assim a democracia. Após a explicação dada de forma exaustiva, pormenorizada, parecia que estavam ali numa aula, foi claro, transparente, dito o porquê e continuavam a ter uma leitura tão enviesada a apresentar ali uma versão tão enviesada já não era normal. Aquele empréstimo era assim tão mau, questionou. Foi dito para o que era exatamente, que era para depois vir o dinheiro de uma obra que tinha sido financiada, se assim não fosse não tinham nada no concelho, a Paia de Mira não tinha o prolongamento da marginal, com certeza, e que toda a gente aplaudiu, a Escola Secundária não era requalificada e tantas obras, o Centro de Saúde também não seria. O Município não era rico, não tinha receita para fazer obras e mais obras, tinha que se saber, tinha que se ter engenho e arte para conseguir e era isso que tinham feito. Serem contra o engenho e a arte, o saber buscar dinheiro, de facto não era normal. Ser contra o progresso da nossa terra era difícil de perceber. -----

**Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**  
**3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, quis dar mais um esclarecimento, dirigiu-se ao Sr. Deputado Mauro, disse que o mapa dos empréstimos estava nos documentos da prestação de contas, o mapa do empréstimo específico que tinha pedido estava na página duzentos e vinte e seis do relatório da prestação de contas de 2023. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

---- **Interveio o Deputado Paulo Grego**, disse que devia ter duplicado a dose do victan porque de facto já não estava habituado aquelas Assembleias que estava num tom muito crispado, completamente a fugir àquilo do que estava em discussão, um relatório de atividades do Presidente, falavam de resultados eleitorais do que se fez à oito anos, há menos de oito anos, a Deputada Lurdes Mesquita, claramente devia estar com saudades de dar aulas e ia para ali num tom educacional, mas havia ali uma coisa que também era bastante claro, a razão não estava sempre só de um lado e nem todos os que estavam de um lado tinham razão e nem todos que estavam do outro lado estavam errados e portanto não podiam fazer contas de oito anos para o PS que esteve no governo e não resolveu o problema dos professores mas esqueciam-se da conta dos onze anos que o PSD que estava no governo e também não resolveu os problemas. As contas tinham que ser feitas de todas as maneiras de forma seguida e por todos, se estava com saudades de dar aulas, ele se calhar também estava ali com um bocadinho de saudade do mesmo e lembrava que aquelas situações eram explicadas, entendidas e depois eram votadas e cada um continuava a ter a mesma interpretação. O que para ele não era normal, por mais que explicassem, fizessem o pino, fizessem o que quisessem, era que num tipo de candidatura em que tinham uma verba aprovada, não era suposto nem estava no programa daquele executivo ter que recorrer a um empréstimo para pagar para depois ser reembolsado. Para ele aquilo era claro como a água, por algum motivo tinha sido necessário recorrer àquilo, não era nenhum crime, mas não era aquilo que estava no programa. Que não lhes fossem colocar um autocolante na testa como se não estivessem a perceber o que se estava a passar. Não era aquilo que estava previsto e se era para pagar os quatrocentos mil euros da reflorestação ,uito bem, se chegasse no mês seguinte, tinha plena confiança de

que era aquilo que o executivo ia fazer, mas que havia dúvidas, que não era normal, que não era aquilo que estava no plano, tinha a certeza absoluta que não era aquilo que estava, pelo menos não tinha sido aquilo que tinham apresentado na altura da candidatura em que todos eles na bancada, que apesar de ter estado ausente um anos, estava lá e lembrasse de se vangloriarem pela candidatura e pelo excelente trabalho que o executivo tinha feito e pelo resultado daquela candidatura custo zero. O que é que tinha falhado, se era o governo central que estava a atrasar os reembolsos, isso a ele já não era assim tão importante. Era importante questionarem o porquê de um empréstimo de quinhentos mil euros ainda por cima com uma redação infeliz que o Augusto já ali tinha referido, de apoio à tesouraria. Aquele documento colocado lá fora parecia que não havia dinheiro para pagar a luz. O presidente tinha explicado e bem, estava explicado, muito bem. Mas era ali que tinham que colocar as suas questões, esclarece-las e sem reações de fundo como tinham estado ali a ouvir cada vez que alguns dos deles faziam ali uma questão que parecia um ato criminoso. -----

**Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

--- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, disse que não se queria voltar a repetir, ficava esclarecido de uma vez por todas ao que se referia aquele empréstimo e assim que recebessem o dinheiro, ficaria liquidado.-----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, dizia na proposta para a contratualização daquele empréstimo a curto prazo, que a finalidade era apoio à tesouraria do ano de 2024 e que o reembolso era parcial ou total, respondiam

que ia ser total. Ia-se repetir e repetir o que os seus colegas já tinham ido ali dizer que eles tinham que ter confiança no executivo nas explicações que ali tinham sido dadas, no entanto também recordava que nos últimos empréstimos que ali tinham levado, também lhes disseram para que é que eram os fins e depois, não sabia porquê tinham acabado por não ser aplicados com aquele rigor todo das explicações que ali foram dadas. Ainda havia alguns investimentos que ainda estavam à espera deles, nomeadamente até dos alcatroamentos e pediam um mapa na altura dos alcatroamentos que era um dos pontos concretos do anterior empréstimo. O que era certo é que era tanto rigor nas palavras, mas depois na aplicação não havia tanto rigor. E era aquilo que os assustava constantemente porque iam de empréstimo em empréstimo não sabia bem em caminho a quê. Relativamente àquela palavra parcial, também o assustava porque não sabia se o reembolso era assim tão total, porque não sabia se havia capacidade económica para o realizar e depois quando ouviam a líder da bancada do PSD falar que saudava todo o tipo de intervenções que ela pudesse ter porque estava a meter para fora o que lhe ia na alma, no entanto não queria dizer que é que tinha de concordar ou não queria dizer que ele não pudesse até dizer que porventura eram ditos alguns disparates. Quando se dava os parabéns ao Executivo por saber onde ir buscar o dinheiro, pois ele assim também sabia, fazer um empréstimo, como se costumava dizer, com as calças do seu pai era tudo muito fácil. Sinceramente achava que não era aquele o caminho, estava mais que provado que tinha corrido mal, o Sr. Presidente na última Assembleia Municipal tinha tido a humildade, que era coisa que por vezes não tinha, mas tinha tido a humildade de assumir claramente que a situação económica era difícil e que tinha mecanismos para contrariar aquela situação económica do Município, não tinha era explicado quais eram esses caminhos. Surpresa deles, estavam ali na primeira medida que estava a tomar, a primeira medida era, empréstimos. Recordava o seguinte, empréstimos e fundos comunitários não tinham de ser as únicas soluções que o Município tinha para a sua própria gestão

em termos de tesouraria e em termos de finanças. Os próprios fundos comunitários eram instrumentos de financiamento aprovados por legislação da EU que suportavam ações europeias, nacionais, regionais, locais e até internacionais, para atingir objetivos de desenvolvimento. Queria dizer que os fundos comunitários não tinham de ser o único caminho, os fundos comunitários iam-lhes permitir chegar ao desenvolvimento que depois previa-se que os fundos comunitários terminassem e que os territórios estivessem dotados de capacidade de gestão e de capacidade económica de sobreviver sem os mesmos. Mas eles ainda não tinham percebido isso ali em Mira, ainda não perceberam que aquilo era o caminho, o que parecia é que fundos comunitários eram sinónimos de puderem gastar dinheiro mal gasto, por vezes, ou seja, as obras no seu desenho, quando eram apresentadas nas medidas eram candidatas não em todas as medidas, mas numa grande parte até pareciam boas, quando eram aplicadas, muitas das vezes eram presentes envenenados e que deixavam o território cada vez pior. Pior porque depois não tinham dinheiro para fazer a manutenção, não tinham dinheiro para conseguir suportar o que colocavam no próprio território, de forma não eficiente e de forma irresponsável não lhes faziam a fiscalização que era mais do que necessária. Por isso aquele empréstimo preocupava-os, a situação económica do Município preocupava-os imenso e relativamente até aos pagamentos em atraso, recordava ao Sr. Presidente uma coisa simples, os pagamentos da Junta de Freguesia da nove mil e tal euros, da limpeza dos WC's da época balnear do ano anterior ainda não tinha sido pago, vissem bem os pagamentos em atraso que não estavam contabilizados naquele mapa que apresentavam. Mas podia referir muitos contratos que não conhecia, mas que as pessoas se queixavam, e que não eram poucas, de muitos pagamentos que o Município tinha em falha Há um anos e há meses e meses. Já que não queria fornecer aqueles procedimentos, já que eles questionavam de forma simples e transparente simplesmente para ficarem mais elucidados sobre as questões e os senhores não lhes queriam dar aquela

informação, se calhar tinham que ir por outro caminho e pedi-la de forma rigorosa e não mais do que aquilo, mas que iam que ter acesso a ela. -----

**Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**-5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que disse que aquele era um aviso específico em que se exigia que se andasse com o dinheiro à frente para depois pudessem pedir o reembolso. As restantes candidaturas ou programas que existiam permitiam que houvesse pedidos de pagamentos conforme a apresentação da fatura e depois recebiam, aquele era um pouco diferente. Havia avisos que com a assinatura era feito um adiantamento e depois era justificado com aquelas faturas e recebiam, aquele era um aviso diferente. Não era solução nenhuma para os pagamentos em atraso, voltava a referir que para haver investimento tinham que saber como é que haviam de lidar com aquilo, e aquele não era um empréstimo para fazerem obras, para pagarem alcatroamentos, para pagarem festas, era exclusivamente para aquilo que já tinha dito e repetia, era para adiantar à candidatura, assim que recebessem o reembolso iriam pagar à banca. Quando momentos antes tinham referido que era a cem por cento, não era, a candidatura era a oitenta e cinco por cento, portanto quando fossem reembolsados na totalidade dos oitenta e cinco por cento, era claro que, à semelhança de outras candidaturas tinham sempre uma percentagem à conta do Município. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

----- Submetido o PONTO QUATRO a votação, foi aprovado com os votos a favor do PSD, abstenção do CHEGA e votos contra do PS. -----

**PONTO CINCO:** Aprovação, nos termos do disposto no nº1 do artigo 14º, do Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro, na redação conferida pela Lei 32/2012, de 14 de agosto, da área de reabilitação urbana (ARU) de Mira-----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---**

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

----- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara**, disse tarar-se da área de reabilitação de Mira que tinha o seu plano fora de prazo, tinham naquele momento um reagendamento uma nova estruturação para a ARU e desde 2016 a delimitação e aprovação da área de reabilitação urbana que existia em 2019 tinha sido redimensionada e o programa do centro 2020 numa politica de cidades, o Município de Mira tinha promovido a candidatura de projetos que eles consideravam que eram estruturantes e portanto era para o seu plano de ação era obrigatório que houvesse uma nova ARU. Aquele plano tinha a reconversão da estrutura o PARU existente, a reconversão da estrutura abandonada que era aquele edifício onde se encontravam, a valorização da regeneração da frente ribeirinha da Vala da Corga a reconversão de antigos armazéns e a reabilitação da casa do Visconde, aquilo tudo já tinha sido feito. Face aos prazos, aquela ARU tinha caducado e, portanto, teriam que ter uma nova para conseguirem implementar planos, para conseguirem fazer obra de reabilitação nos centros e só através daqueles planos ativos é que conseguiam fazer aquilo. Portanto era a proposta para a ARU de Mira era a que estava ali no projeto. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

----- **Inteiveio a Deputada Andreia Petornilho** , afirmou que depois de analisar o ponto cinco chegava à conclusão, a bancada do PS fosse retirado da ordem de trabalhos pois a documentação enviada não permitia uma análise mais detalhada, passou a explicar, a dita planta não ilustrava de forma exta a delimitação da ARU, existia ali uma linha vermelha limitadora mas não conseguiam perceber quais as ruas, edifícios, espaços abrangidos. O cartograma não se encontrava em anexo tal como o referido na página trinta e quatro. -----

---- **Interveio ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** disse que era a segunda vez que aquele assunto ia à Assembleia Municipal e pensava ser um assunto que tinha grandes implicações, pelo menos com os privados. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se entendia que a área técnica podia esclarecer alguma coisa no sentido de ultrapassarem aquela questão. -----

**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-**

**2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** que afirmou que estava a olhar para o documento e estava a ver o mapa na página trinta e oito, que a Sr.ª Deputada Andreia disse que não se via, ampliando a imagem conseguia ver. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Dr. Ângelo.-----

---- **Tomou a palavra o Dr. Ângelo** que explicou que a área de reabilitação urbana tinha a seguir outro programa, que pensava que era o que a Deputada Andreia queria saber, mas naquela fase ainda não tinham aquela informação, que era saber quais eram os edifícios que seriam abrangidos. Naquele momento era uma delimitação que era aquela linha que tinha sido apresentada, que tinha sido corrigida em função de haver áreas da antiga ARU que não podia ser elegível, nomeadamente nas zonas ribeirinhas naquele momento aquela era a delimitação para depois fazer aquilo que era um programa que tinha uma vigência de quinze anos que era a ORU, que dependia depois de todo o trabalho consequente de identificação dos edifícios que seriam eleitos. Tinham um conjunto de pedidos para alguma reabilitação urbana, que estavam parados à espera daquela situação que depois tinha que ser publicada em Diário da República. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, disse lamentar que estrategicamente o Executivo nunca se tenha interessado pelo edifício do Colégio antigo, que se já estivesse na posse do Município poderiam fazer uma excelente requalificação do centro da Vila que era um sítio estratégico, pensava que deviam pensar naquele assunto. -----

---- Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS), disse que no seguimento da explicação do Dr. Ângelo havia uma dúvida que persistia que era relativamente à recuperação da antiga cerâmica de Mira, que já tinha percebido onde era, estava prevista uma requalificação efetiva do edifício ou apoio à requalificação. Estava na página 25 e estava catalogado como intervenção de uma das áreas prioritária. -----

---- **Tomou a palavra ao Dr. Ângelo** que respondeu que as áreas prioritárias eram projetos que colocavam. Aquilo era um imóvel de um particular, se conseguissem negociar e refazer aquela situação, a ideia do Deputado Carlos Nora, era um símbolo, também lá tinha estudado, mas eram valores incomportáveis em termos de aquisição. O que interessava era que as pessoas tivessem possibilidade de recuperar e revitalizar o património. -----

---- **Retomou a palavra a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, questionou que tinham indicado que o PARU tinha identificado e elegido diversas ações públicas de investimento do qual destacava a reconversão dos antigos armazéns que passavam a ser um espaço para desenvolvimento e promoção criativa das atividades endógenas como construção naval, engenharia em madeira, artesanato ou turismo. Estando em fase de conclusão perguntava se estavam em condições de indicar para quando a abertura e quais as empresas e instituições afetas à dinamização do espaço, podia-se ler na página 3. Questionou ainda porque é que tardavam a apresentar outras ARUS para outras

Freguesias do concelho. -----

**Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** , respondendo ao Deputado Carlos Nora disse que o Município teria todo o interesse no edifício da antiga Escola Secundária ou Colégio, aquilo que não conseguiam era pagar o preço que estavam a pedir por aquilo, seria do interesse e até tinham um fim destinado para aquilo se fosse mais acessível. As intervenções acerca da antiga cerâmica, eram intervenções particulares, aquilo não era municipal, o que pretendiam era que ficasse englobado numa área em que os próprios proprietários pudessem fazer a recuperação, se não ficasse prevista depois não conseguiam fazer. Tentavam dar oportunidade para que se fizesse, por isso é que era a previsão e por isso é que era o plano. Havia uma ARU em funcionamento, ainda válida que era a da Praia de Mira, estavam a fazer aquela porque tinham necessidade de várias requalificações que estavam pensadas para fazer, mas era permitido fazer outras ARUS, e era essa a sua intenção nos centros de outras aldeias. O caminho era aquele, dava algum trabalho a elaborar os documentos, mas tinham que fazer outras ARUS para poderem intervir igualmente noutros centros de outras aldeias. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Dr. Ângelo. -----

---- **Retomou a palavra o Dr. Ângelo** que explicou que o PARU era um documento que estava aprovado desde longa data, esse documento tinha elegido um conjunto de projetos, uns tinham sido executados outros não. O que a Deputada tinha referido era a recuperação dos antigos armazéns que eram no momento os armazéns da Junta de Freguesia de Mira, porque depois tinha havido a possibilidade de recuperar aquele edifício, os tais artesanatos e as tais lojas tinham ido para aquele projeto, tinha sido aí que o projeto de onde estavam

também tinha sido recuperado. Tinham metido todas as indicações no PARU, sabendo que havia coisas que não tinham sido executadas, mas era o que lá estava, naquele momento a preocupação era o que é que tinha sido, por isso tinham elencado um conjunto de investimentos que tinham sido feitos, nomeadamente a Av. Óscar Moreira da Silva, toda a ampliação à volta do Cemitério, o Centro da Vila tinha também, desde longa data, projetos atrás da igreja, tinham projetos ali naquela zona que já tinham sido submetidos àquela Assembleia, o que lá estava escrito no PARU podia haver situações que já não estariam de acordo, mas a ARU era aquela a delimitação, eram aqueles os benefícios para trabalharem na ORU. Relativamente aos outros também era conveniente salvaguardar, já tinham tido uma de Portomar, do Seixo e outras duas, mas que depois em função daquilo que era a reabilitação e recuperação urbana nunca tinha havido necessidade de manter porque nunca houve pressão para mexer. De alguma forma também havia necessidade de divulgarem cada vez mais no sentido de promover aquela reabilitação porque as pessoas tendiam cada vez a recuperar o património mais que não fosse para alugar a terceiros porque o objetivo era criar habitação. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, ia repetir em relação a outras Assembleias sobre as matérias que eram demasiado importantes e que a bancada do PS de forma autónoma cada elemento da sua bancada lia os documentos e escrevia os seus próprios textos, cada elemento da sua bancada tinha as suas próprias intervenções, quando confrontados com aquelas situações ficavam inibidos de estarem preparados para situações que eram demasiadamente importantes. Recordava que aquele era um documento que poderia ser pesado em alguns ficheiros, certamente, outros seriam bem mais pesados então não queria imaginar o que iria acontecer quando aquilo

acontecesse. Não se sentia habilitado naquele dia para ir votar aquela situação com a consciência total do que é que estava ali a ser apresentado. A parte técnica fazia uma explicação que clarificava muitas situações, o que agradeciam, pensava era que teria que haver um mecanismo diferente, antes das Assembleias Municipais que houvesse uma reunião específica para explicar aquele tipo de matérias, e então falando do PDM que aí vinha, certamente havia de haver muita matéria. Mas não era só naquilo, ficheiros simples como o mapa de pessoal acabaram por chegar ali e não conseguiram votar uma alteração ao mapa de pessoal porque aquele ficheiro também acabava por não ter capacidade de leitura, contudo lá estava a bancada do PS a confiar a ter boa fé a tentar colaborar para que o Município continuasse a progredir, porque o seu objetivo principal seria sempre que o concelho de Mira conseguisse progredir, quando tinham outro tipo de intervenções era exatamente por estarem preocupados e acharem que o caminho não era o correto em áreas muito específicas de desenvolvimento do concelho e depois chegarem ali em boa fé até dizem que sim que colaboravam e até votavam a favor as medidas e depois tinham surpresas, porque o que lhes diziam as vezes não batia tão certo quanto isso e não era meter em causa a palavra dos técnicos, de maneira alguma, mas a palavra dos políticos por vezes ia oscilando consoante os interesses e isso não os deixava confortáveis. Relativamente àquela situação a bancada do PS pelo que lhe parecia havia de querer votar a situação não tinha certeza, podiam até reunir e falar um pouco sobre a situação, no entanto claramente que não votar em consciência total sobre as matérias. -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Assembleia** referiu que quando estavam a trabalhar em planeamento, estavam com software específico muitas vezes muito pesado que tornava difícil a distribuição, pensava que uma boa metodologia e recomendava isso à Câmara era que quando houvesse processos daqueles que se fizesse uma reunião prévia com as bancadas todas com os serviços técnicos que esclarecesse o que se tivesse a esclarecer. Também havia software qua

não dava para distribuir a toda a gente que era caríssimo e, portanto, os serviços técnicos encarregavam-se de fazer a explicação daquilo que depois lhes ia ser distribuído em tamanho menor em papel. -----

**Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara** disse concordar com aquela metodologia, podiam sempre atribuir aos líderes de bancada aquele tipo de ficheiros através do wetransfer, poe exemplo, descarregavam e depois teriam que distribuir sem perder qualidade aos restantes elementos, podia ser uma metodologia também. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

----- Submetido o PONTO CINCO a votação, foi aprovado com a abstenção do PS. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

---- **Inteiveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)** declarou que o voto a favor da bancada do partido CHEGA prendia-se com a importância que aquilo tinha para os particulares e o partido CHEGA nunca seria sempre colaborante naquele tipo de iniciativas, mas também na expectativa de quando viesse os documentos do PDM não estivessem sempre ali constrangidos, como já tinha dito o Deputado Francisco, sempre que havia documentos importantes acontecia sempre aquele tipo de peripécias. -----

---- **Inteiveio a Deputada Maria José (PS)** esclareceu que a abstenção da bancada do PS não ia contra a ARU, mas sim e só pela qualidade dos documentos e porque não se sentiam a vontade para fazer outro sentido de voto.

**PONTO SEIS:** Apreciação, de acordo com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de agosto, do relatório de contas de 2023 da sociedade Águas do Baixo Mondego e Gândara, EIM, SA.-----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---**

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara** disse que aquela apreciação era relativamente às contas de 2023 da ABMG, eram contas certificadas onde tinha havido por parte da empresa vários investimentos, tinham substancialmente muito melhor qualidade da água e a resolução de imensos problemas de saneamento, o resultado não sendo o melhor que poderiam apresentar salientava a importância que tinha a ABMG nas intervenções da água do consumo e da parte dos saneamentos. Os Municípios que estavam envolvidos, cada um por si não teriam capacidade de dar resposta para uma área tão exigente como era aquela. As contas apresentadas não sendo as ideais, porque tinham um saldo negativo salientava que havia duas condicionantes que tinham levado àquele resultado. Habitualmente o Fundo Ambiental atribuía à ABMG um montante de meio milhão de euros que durante o ano de 2023, não tinha acontecido e durante os primeiros anos de existência da ABMG, os Municípios tinham entrado com a comparticipação, cada um com as suas partes e a ABMG tinha passado a pagar rendas dos locais onde estava instalada. Portanto, a falta do Fundo Ambiental conjuntamente com as despesas que a ABMG tinha em pagamento de rendas tinha levado àquele resultado, queriam contornar aquela situação no ano seguinte. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----**

---- **Inteiveio o Deputado António Teixeira**, começou por dizer que se os seus amigos turistas que o interrogavam sobre tanta falta empenho e de tanto desleixo no concelho, falava na Praia de Mira principalmente e no Sul do concelho, se estivessem a ver aquela Assembleia compreenderiam o porquê. Além de várias interrogações que poderia apresentar sobre o resultado negativo de 2023 da ABMG em cerca de seiscentos mil euros, tinha decidido fazer uma apreciação

sobre os objetivos traçados pela mesma. Primeiro, a missão da ABMG ser reconhecida como uma referência de excelência no abastecimento público de água potável a todo o Município. Quem lesse aquilo até devia pensar que era água do Luso que corria nas suas torneiras ou de Penacova. Podiam concluir e pensava que todos os Mirenses era de acordo que aquele objetivo estava longe de ser alcançado. Dava-se por feliz de ter possibilidades de não beber água da torneira, pois o seu aparelho digestivo iria ter desagradáveis surpresas. Segundo, era também missão da mesma assegurar saneamento a todo o Município, contribuindo assim nomeadamente do ponto de vista da saúde pública com uma qualidade e segurança de excelência, como poderiam verificar aquele objetivo estava também longe de ser alcançado pois, apesar de estarem no século XXI, o Corticeiro de Baixo como o resto da Freguesia dos Carapelhos e o Sul do concelho continuavam sem aquela infraestrutura tão importante. Pedia desculpa se naquele momento já existissem trabalhos no terreno para corrigir tal lacuna. -----

---- **Intervenção do Deputado Augusto Miranda**, disse que aquele relatório de contas vinha demonstrar que as contas da ABMG não estavam assim tão bem. As faturas e água tinham aumentado bastante, não só pela tarifa de água propriamente dita, mas também pelas tarifas de recolhas dos resíduos urbanos. No entanto sabiam que havia uma larga maioria dos Mirenses que não tinha visto aquele enorme aumento das faturas numa melhoria da qualidade dos serviços prestados, a recolha dos resíduos urbanos estava mais regular, era um facto, a qualidade da água em muitos locais do concelho não era a desejável e grande parte do concelho continuava sem cobertura de saneamento. -----

--- **Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia**, declarou ter-se evitado de participar nos debates da Assembleia Municipal por força das funções que exercia. Tinha sido dito muita coisa, naquela Assembleia, que o tocava também a ele, também era humano. Falavam de muita coisa que não sabia, a democracia o maior valor que tinha era o voto e também era o principal problema porque era

muito apetecível, e depois levava-os a eles atores políticos a entrarem no campo da demagogia. Competia às Câmaras Municipais assegurar um conjunto de serviços nomeadamente o da eletricidade. A rede elétrica do concelho de Mira era do Município, estava concessionada à E-redes, já não falavam nisso porque já tinha sido há muito tempo. O caminho era que aparecessem empresas especializadas em conjuntos de Municípios para proverem aquelas necessidades, nomeadamente água, saneamento e limpeza de resíduos. Tinham um caminho muito triste desde 1990 e tal quando tinham aderido à CIM Ria, não tinham tido o cuidado de ver que estavam a aderir a um sistema que só contemplava a Vila e arredores, Praia de Mira e arredores e em 2009 ainda tinham deixado Cantanhede ligar-se a um sistema que já não aguentava e depois deu problemas. Quando pegou no serviço das águas a ETAR da Lagoa estava em muito mau estado, nem um ferro velho tinha aquela qualidade, tinha bombas de reserva que estava desmontada, se houvesse uma falha ninguém acudia àquilo. Andou com camiões dos bombeiros a meter água no depósito da Presa e dos Leitões. Fizeram uma estação de tratamento na Lagoa para usar água de superfície que era castanha, mas não fazia mal à saúde, havia água limpinha que nem dizia nada, andaram a distribuí-la durante anos. A ABMG não seria o melhor dos mundos, mas seria um caminho que três Municípios tinham encontrado para ultrapassar uma situação que era deveras catastrófica para qualquer um deles. Não tinham um quadro técnico que pegasse na água, era impossível ter uma equipa técnica razoável, agora tinham uma empresa dos três municípios que faziam isso. Tinham problemas sérios no abastecimento de água, na qualidade e na quantidade, com o aumento da população e das atividades económicas corriam o risco de entrar em colapso de um momento para o outro. No saneamento tinham andado a dormir durante anos, durante décadas, um executivo do PSD na qual ele pertencia tinham sido contra a ETAR das Cochadas, não a queriam, mas tinham dado a garantia da despoluição dos cursos de água se construíssem a ETAR das Cochadas. Cantanhede continuava

a tirar água da ferverença e depois a devolve-la em saneamento e para as suas valas. Dizem que o Sr. Guímaro tinha sido um grande herói, o Sr Guímaro tinha feito barulho para os interesses dele e tinha feito muito bem, mas não foi ele que tinha resolvido coisíssima nenhuma. A fatura dos resíduos sólidos urbanos não era competência da ABMG, a ABMG estava a apresenta-lo na faturação a prestar um serviço à Câmara de Mira. As pessoas metiam nos contentores erva, e esqueciam-se que cada quilo seriam vinte cêntimos, haviam atividades económicas que deveriam promover a recolha dos seus resíduos, e a fatura ficava para a Câmara. Tinham andado a distribuir água radioativa durante anos, fizeram um complexo de filtros ao lado da ETAR da Lagoa tinha sido uma solução à pressa para distribuírem água de superfície e para inutilizar aquele furo. Defendia os interesses do seu concelho, mas era solidário com os outros, aquela empresa estava a trabalhar, tinha muito para corrigir, tinha muito para melhorar, mas já tinha feito muito. Apelou a que se deixassem de demagogia podiam fazer luta política noutras coisas, mas em água, saneamento e resíduos não. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, quanto mais idade tinham mas conhecimento tinham do passado e seguramente que a intervenção do Presidente da Assembleia, Sr. Nelson Maltez tinha sido inspirada na sua própria experiencia, alguns aspetos nem sequer ia colocar em causa, foram ali ditas situações que eram preocupantes e para todos se preocuparem com elas, no entanto quando dizia para todos apanharem juízo, considerava-se uma pessoa ajuizada, capaz e com certeza as pessoas daquelas bancadas também o eram, relativamente àquelas matérias, era exatamente sobre aquelas matérias que o PS queria falar. O Partido Socialista não ia omitir porque alguém pensava que tudo o que estava a ser feito devia fazer com que não houvesse discussão à volta daquilo, o PS ia continuar a discutir água, saneamento, resíduos, porque eram matérias demasiado importantes, até podiam discutir também eletricidade, e sobre a privatização ou a má privatização que o país tinha sofrido e todos

pagavam daquelas más medidas. Como existiam más medidas que não queriam ver no concelho continuavam a questionar aquelas situações. Em momento algum o PS ia tomar posições de que o que existia no concelho de Mira era perfeito e estavam todos contentes com o que existia, de maneira alguma, também sabiam quem tinha governado o concelho de Mira maioritariamente, e também sabia quem tinha governado de setenta e seis a noventa e três e também sabiam quais eram as condições que o concelho tinha naquelas áreas, eram as que o Sr. Nelson tinha retratado muito bem. Também recordavam que de noventa e três a dois mil e um mais de 40% do concelho de Mira não tinha água ao domicílio, bebiam água dos poços, bebiam água das fontes, a zona sul do concelho de Mira não tinha água, e tinha sido uma gestão do PS que lhe tinha metido água na torneira. Conheciam a história também embora fossem pessoas mais novas. Efetivamente havia muitos caminhos que deviam ter sido trilhados ao longo da história e que não foram, mas também houve coisas bem feitas. Não lhes competia a eles serem velhos do Restelo e estarem eternamente presos ao passado e não estavam a fazer demagogia política, estavam a ser sérios, estavam a ser frontais e estavam simplesmente a exercer o direito que o povo lhes tinha concedido, que era serem legitimamente eleitos e estarem ali a falarem daquelas matérias. Tinham que se preocupar relativamente a algumas matérias da ABMG. Relativamente ao que já tinha dito tinha de haver uma solução, achavam que a ABMG não era a solução, queriam outra solução, a maioria tinha decidido, a maioria tinha votado e em democracia tinham aceite que a ABMG estivesse a trabalhar. Passado aqueles anos, com um orçamento de sete milhões de euros, dizerem que não havia investimento e que não havia melhorias, era o que havia de faltar, ao final daqueles anos com os milhões que estavam a ser investidos era o que havia de faltar se não houvesse melhorias, no entanto continuavam preocupados com a situação da própria ABMG, porque lhe relatavam, até pessoas que lá trabalhavam que continuava a haver muitas discrepâncias dentro da própria empresa. Falta de resposta, falta de equipa, falta

de pessoal, no entanto já tinham mais de 30% de gastos com pessoal, já gastavam mais de dois milhões de euros por ano em pessoal, pelo menos era o que estava previsto no orçamento. Aquilo tudo tinha que ser contabilizado e tinham que perceber os aumentos absurdos que tinham existido em água sem haver obras. Tinha ido uma proposta do Engenheiro Prina em nome da bancada do PS dizer que primeiro haviam de efetuaram alguns investimentos para que depois houvesse aumentos tarifários, que não tinha acontecido. Fizeram aumento de tarifário logo, fizeram aumentos em cima de aumentos e haviam imensos habitantes de Mira que a água era a mesma que no período antes da ABMG, mas que lhe ia aos bolsos todos os dias, por isso não podiam estar ali de forma descansada a dizer que estava tudo bem porque não estava tudo bem e a empresa não tinha começado bem e não correu bem. A empresa já tinha alguns técnicos a trabalhar, mas nem sequer tinha carros não tinha mecanismos não tinha maquinaria não tinha capacidade de intervenção e durante muito tempo tinha sido aquilo, gastos e gastos com pessoal e não havia intervenção. Depois preocupava-o a parte da percentagem do Município naqueles domínios quando havia contas negativas, o Município de Mira tinha 33,33% das ações, não havendo prejuízo, o que acontecia ao Município que era o iam ali dizer todos os anos que diziam que havia superavit e depois o superavit para eles pagarem porque o saldo era negativo e ali estava outra vez mais de seiscentos mil euros de saldo líquido negativo. O que o PS ia continuar sempre a defender era rigor em tudo o que se fizesse no concelho de Mira, continuavam a achar que era possível, naquelas matérias melhorar e queriam acreditar que embora a ABMG estivesse mais bem habilitada tecnicamente do que o Município estava a alguns anos atrás, que ainda tinha um percurso para fazer, quem tinha que ter juizinho era quem tinha as decisões na mão. Infelizmente não eram eles, eles só podiam fiscalizar e alertar, de forma coerente e responsável. Sobre a questão da ETAR das Cochadas e a defesa da vala das Lavadias na Tocha, como a solução, colocando a devolução das águas tratadas, que agora naquela ETAR era o

tratamento terciário e que ia haver devolução nas valas daquelas águas, isso que tinha referido já era uma coisa de seu mandato, mais antigo, Nelson Maltez e era correto no entanto tinham evoluído, houve uma omissão, tinha falado de 2009,2012 e podia ter falado de 2015 quando foram deparados com uma situação imergente provocada pelo fecho de ETARs no concelho vizinho. Tinha fechado a ETAR do Rovisco Pais, da Latogal, só a Latogal tinha colocação de afluentes no sistema, superior ao concelho de Mira todo, o que tinha começado a fazer com que o sistema estivesse sob dimensionado, provocado por aquilo, e se já tinha problemas começou a ter problemas catastróficos. Efetivamente um Rogério Guimarães qualquer que ele nem conhecia, tinha começado a ver publicações dele e barulho, mas tinha sido exatamente através daquelas publicações que tinha havido o alerta. Recordava-se de numa Assembleia Municipal, se não tivesse em ata era porque o tinham apagado, uma pergunta que tinha feito ao Presidente da Câmara na altura que lhe dizia que desconhecia a situação. Agora tinham catorze milhões de investimento, numa mega ETAR de tratamento terciário, que era o tratamento mais avançado que podiam ter naquele momento para aquele sistema, todos eles achavam que aquilo era melhor do que não existir, mas continuavam a estar descansados e ele se calhar numa declaração de voto ou numa intervenção tinha defendido, não estar contra a ETAR, nem o PS, defendiam era que havia um sitio diferente para ela poder ser implementada e era na mesma defesa que o SR. Nelson tinha acabado de fazer, vala das lavadias com circuito para sul, e que os afluentes quando fossem colocados no sistema hídrico não fossem novamente para rés do chão e o rés do chão era o concelho de Mira e ficavam sempre abaixo e havendo um problema qualquer na rede iam ser sempre penalizados. A partir do momento que lhes tinham dito que não ia avançar defenderam sempre que houvesse e o investimento estava a ser feito e seguramente não tinha sido construído nos últimos sessenta dias ou nos últimos noventa dias pelo atual governo e saudava se o novo governo e se os novos concelhos de administração quisessem a

continuar a investir naquelas matérias, no entanto também não podiam era querer apagar que os investimentos tinham sido aprovados por pessoas que também representavam partidos e que tinham rostos e que tinham feito o seu trabalho. Esperava que houvesse fiscalização em todos os domínios e fazer com que o concelho de Mira também tivesse capacidade para acompanhar aquela fiscalização porque não a tinha em diversas matérias, não a tinha tido no passado, mas passado onze anos de governos do PSD em Mira, infelizmente o concelho de Mira não tinha evoluído naquela matéria, não tinham uma fiscalização eficaz. Os fiscais não eram todos maus, se calhar os que existiam poderiam estar a fazer o melhor que sabiam, não sabia, não os acompanhava diariamente, mas sabia que não tinham nenhuma fiscalização eficaz em nenhuma matéria e não é acompanhado nada e depois estavam a pedir a técnicos de outras áreas para estarem a fazer o trabalho de fiscais, que sinceramente não era a solução que o concelho precisava. Pegando então no que gastavam em recursos humanos e continuavam a estar deficitários naquelas matérias todas e continuavam a apresentar ali saldos negativos na ABMG, mas também saldos negativos na Câmara e dívidas, claro que se preocupavam com a gestão futura e sabia que os senhores também se preocupavam, no entanto não queriam admitir de uma forma tão simples. -----

----**Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, apenas queria reforçar que tinha sido o PS que tinha terminado o abastecimento de água no resto do concelho nomeadamente na zona Sul que não tinha água. Lembrava também que quando criaram a empresa ABMG, o objetivo era trazer água do Rio Mondego, água de alta qualidade, água de Coimbra que se podia beber sem problema nenhum. ---

**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**  
**2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara** disse ser com os acontecimentos ao longo do tempo que iam construindo a história, e o caminho fazia-se caminhando, tinha que haver um princípio das coisas e tinha que haver evolução. Em determinada altura três Municípios tinham decidido juntar-se e formar a ABMG, não sabiam qual era exatamente o futuro da ABMG, mas sabiam que para o concelho estavam satisfeitos o resultado. O investimento que tinha sido feito ao nível das infraestruturas, na contratação dos recursos humanos especializados, maquinaria, pareceres e instalações que cada vez tinham mais necessidade de ter eram fundamentais para a evolução. Aquela salvaguarda que tinham que ter em relação à ABMG era porque os Municípios por si só não tinham capacidade de recorrer a fundos, que só uma grande escala é que se conseguia. A ABMG tinha cerca de trinta mil utentes num universo de cinquenta e dois ou cinquenta três mil habitantes dos três concelhos. Só com uma escala daquelas é que se conseguia aceder a fundos a dimensão para fazer uma atuação como deveria ser. Pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra ao Sr. Diretor Geral da ABMG Dr. Nuno Campilho. -----

----**Tomou a palavra o Dr. Nuno Campilho**, que cumprimentou os Sr. Presidentes e todos os presentes, agradeceu a oportunidade de fazer ali uma análise não muito detalhada, mas onde ia focar os principais pontos relacionados com o relatório de contas de 2023, dando conta inicialmente daquilo que era mais visível, o resultado negativo de quinhentos e oitenta e nove mil euros. Importava ter em consideração que aquele valor estava amputado do Fundo Ambiental Subsídio à Sustentabilidade, que tinha sido um compromisso assumido pelo anterior Governo, pelo anterior Ministro do Ambiente no âmbito das agregações que tinham sido realizadas ao nível nacional. Aquele compromisso não tinha um compromisso datado no tempo e a não atribuição do Fundo Ambiental no ano de 2023 tinha sido uma surpresa não só para a ABMG, mas como para todas as entidades agregadas no país que ficaram exatamente com o mesmo problema, que também viram amputados os seus resultados que

estavam conferidos nos seus orçamentos o valor correspondente a meio milhão. Acrescia a renda das infraestruturas que tinham começado a ser pagas naquele ano a que correspondia um valor de duzentos e cinquenta mil euros, somava setecentos e cinquenta mil euros que não estavam contabilizados no âmbito do orçamento e que logo afetavam inevitavelmente o resultado líquido. Esperava não estar a ser incongruente nem abusivo, dirigiu-se ao Deputado Francisco Reigota que tinha afirmado que a ABMG em todos os anos tinha tido resultados negativos, disse que não era verdade, em 2022 tinha fechado o ano com resultado líquido positivo. Continuou a esclarecer que tinham tido uma redução nos rendimentos por via do Fundo Ambiental, contudo se tivessem em consideração que estava orçamentado dois milhões e setecentos mil euros e tinham sido realizados dois milhões e seiscentos, a diferença não correspondia ao Fundo Ambiental pelo que se tivessem tido o Fundo Ambiental a receita tinha sido superior em trezentos mil euros. Em relação aos gastos e perdas, que também ali tinham falado, o pessoal, não querendo ser incongruente, não se podia querer sol na eira e chuva no nabal, não podiam pedir que houvesse contenção nos custos associados à contratação de pessoas e depois fazer referência, como a que o Sr. Deputado Francisco Reigota tinha feito de informações que lhe chegavam da ABMG de que as coisas não estavam a bem, ele estava lá todos os dias, não tinha problemas ao nível do que o Deputado ali tinha retratado de falta de equipas, falta de pessoal e problemas de funcionamento, não estava colocar em causa as informações do Deputado, estava a defender aquilo que era a equipa que suportavam as noventa e nove pessoas que com ele trabalhavam. O que estava orçamentado naquele ano em termos de despesas pessoal era ligeiramente superior ao que tinha sido gasto, tinham gasto menos dinheiro em 2023 do que aquilo que estava orçamentado, porque tinha havido contenção ao nível da contratação de pessoal para manter o equilíbrio nas contas. Referiu que o problema da ABMG não estava ao nível dos gastos, o problema estava ao nível dos rendimentos. No que

dizia respeito ao fornecimento de serviços externos importava dar nota que aquele valor tinha sofrido um aumento, era um valor sempre visível em qualquer relatório de contas, deveu-se a três fatores sendo um deles o tratamento de águas residuais em alta que era muito visível em Mira porque em Mira era contratado exclusivamente o tratamento das águas residuais às Águas do Centro Litoral, e era um valor que tinha ascendido quase oitocentos mil euros, limpeza de fossas e coletores que era serviço prestado pelas Câmaras Municipais que deixaram de o prestar, a ABMG teve que passar a prestá-lo e foi nesse sentido que adquiriu um camião limpa fossas, ao abrigo do programa POSEUR, e num contrato que tinha a uma identidade terceira fez um aumento para que aquele serviço pudesse ser efetuado. Tinha havido um aumento ao nível da limpeza de fossas que também tinha impactado no fornecimento e serviços externos, houve também um aumento das pavimentações nos três Municípios por via também de um aumento da reparação de ruturas, que provocou maior abertura de valas e a necessidade de fazer pavimentações com maior rapidez, eficiência e qualidade, daí que tenha havido aquele desvio exclusivamente naquela rubrica. Importava ainda olha para o resultado antes das depreciações, gastos, financiamento e impostos, mantinha um valor positivo de cento e quarenta mil euros. Aquele era o valor ao qual a ABMG recorria para continuar a poder fazer investimentos e para poder ser financiado. Aquele valor em 2022 era exatamente de mais quinhentos mil euros, e em 2023 eram de cento e quarenta mil euros, porque faltava os quinhentos mil euros do Fundo Ambiental. Afirmou que a ABMG não podia contar com o Fundo Ambiental eternamente, portanto tinha que se preparar para poder fazer face a um subsídio que não era eterno. Para dar nota ainda no que dizia respeito aos resultados e ainda que fossem negativos a empresa continuava a revelar capacidade para libertar meios para investimento. Referiu que nos três últimos exercícios a ABMG tinha investido um total de catorze milhões de euros, sendo que desses catorze, seis milhões tinham sido investidos em Mira. Tinha havido um compromisso pelos três Presidentes de

Câmara de que Mira tinha mais necessidades, nomeadamente no que dizia respeito à qualidade da água, na nova ETAR da Lagoa e no furo da Presa e tinha sido feito um investimento superior em proporção em relação aos outros Municípios. O financiamento feito com recurso à linha BEI Municípios e a financiamento junto da banca tradicional, ia na ordem dos sete milhões e meio de euros e decorria quase exclusivamente no quadro comunitário de apoio estava a ser concluído, cujas obras tinham sido todas concluídas à exceção do fecho de sistemas do Seixo e Cabeças Verdes, que decorreu pelo facto de não estar concluída a empreitada da ADCL que fazia a ligação da zona Norte do Concelho e por isso é que não estava concluído, tinha havido as derrapagens associadas ao aumento da inflação, um processo que tinha sido acompanhado naquela Assembleia, mas estavam naquele em condições de serem colocados em funcionamento. A situação patrimonial da ABGM era uma situação muito robusta tinha vinte e dois milhões e trezentos mil euros de ativo, era mais 11% do que ano anterior o que conferia uma diferença de nove milhões de euros em relação ao passivo que era de treze milhões e meio de euros, sendo que daqueles treze milhões e meio, sete milhões decorriam dos empréstimos que tinham sido contraídos para poder fazer face aos empréstimos que tinham sido necessários executar para concluir as obras do POSEUR. Não era possível garantir a sustentabilidade de qualquer empresa daquela natureza sem mexer nos tarifários, isso era algo que estava assumido por quem tutelava, por quem regulava e por quem fiscalizava, falava da fiscalização ambiental realizada pela APA, a fiscalização económica realizada pela ERSAR e a tutela pelo Ministério. Era inevitável subir. -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, referiu que eram feitas análises no Município de Mira, que era abastecido pela ABMG pela parte Norte onde residia, pelos Olhos da Fervença, INOVA, pela parte sul pelas captações da Lagoa. Tinha água de qualidade em casa, fazia análises à água e sabia, mas

as análises que eram feitas no concelho de Mira eram feitas em que ponto, questionava se tinham direito a saber. -----

---- **Respondeu o Dr. Nuno Campilho** (ABMG), esclareceu que os pontos de recolha eram aleatórios, podiam ser feitos em escolas, restaurantes e em vários pontos do concelho, e as análises eram publicadas obrigatoriamente nos relatórios da ABMG a cada três meses. Se quisesse saber al em específico teria todo o cuidado em informar. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, disse registar a deselegância que tinham tido naquela apresentação para com o Partido Socialista, uma apresentação fazia-se no início da discussão de um ponto para as bancadas depois fazerem o contraponto. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

----- **Submetido o PONTO SEIS** a votação, foi aprovado com voto do PSD, abstenção do CHEGA e voto contra do PS. -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

---- Interveio o Deputado Augusto Miranda do CHEGA que declarou que a abstenção do CHEGA não era nada contra a ABMG, tudo era melhor que a ABMG, mas aquela tinha aumentado os valores das faturas e em grande parte do concelho, a qualidade era má. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota** (PS), declarou que o voto contra do Partido Socialista, especificamente pelas questões que já ali tinham colocado e nomeadamente, com o que tinha ali ficado comprovado, para haver sustentabilidade daquela empresa tinham que aumentar tarifários. Registava também com desagrado, daí o voto contra também, que aquela discussão tenha sido nos termos em que foi, em que um Sr. Administrador, que respeitavam a sua posição e toda a capacidade técnica e eloquência que tinha tido na sua intervenção, no entanto, tinha ido ali fazer respostas diretas a uma bancada, que soubesse aquele SR. Não estava na função de Deputado Municipal, estava na função de Administrador e deveria ir ali, fazer uma apresentação da situação e

não fazer uma defesa relativamente às questões colocadas pela própria bancada, a não ser que lhe tivessem colocado as questões a ele, que não tinham colocado. Registava também a questão do ponto concreto que tinham colocado sobre a captação de água do Mondego que era o que estava no projeto inicial que tinha sido apresentado e que tinha desaparecido a meio daquele processo, tenha existido um silêncio total sobre a situação, que não tiveram capacidade de falar sobre o mesmo. Dava também uma informação ao Sr. Presidente da Câmara, que era que o projeto inicial não eram quatro Municípios, eram cinco porque havia Condeixa e Cantanhede que não tinham sido incorporados. Registava com preocupação que para haver sustentabilidade naquela empresa ia ter que haver aumento de tarifários. -----

**PONTO SETE:** Aprovação, de acordo com o descrito na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei. n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, da integração de servidão no domínio público municipal-----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --**

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)** explicou que se tratava da incorporação de uma parte de terreno particular, na Barra de Mira, Freguesia da Praia de Mira, para o domínio público. Em situações previstas de legalização era necessário que se cedesse para domínio para depois ser passível de legalização, sem aquela parte de transferência do particular para o domínio público não podia ser legalizada aquela situação. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----**

**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

---- **Inteiveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, informou que o Partido Socialista não teve capacidade de perceber o que estava no documento, pedia ao Executivo nomeadamente ao Sr. Presidente uma explicação técnica sobre o

que é que estava a acontecer naquele ponto, o que é que era integrado, quais eram as zonas, quem era o privado.

**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:**

**-2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, solicitou autorização ao Sr, Presidente da Mesa para passar a palavra ao Dr. Angelo Lopes. -----

----**Tomou**

**a palavra o Sr. Ângelo Lopes**, explicou que salvaguardando as devidas situações do RGPD, o requerente era o Sr. António Simões Oliveira. Era uma situação próximo das casas que ali tinha perto da vacaria, do lado esquerdo, na Barra de Mira, era um atravessamento que ia desde a Rua Principal até ao caminho do meio. Era um alargamento daquilo que já existia, um caminho para uma largura de quatro metros, que era obrigatório, segundo o PDM, para licenciamento. Já tinha havido outras situações idênticas anteriormente na Praia de Mira, nos Prazos Novos, e iam acontecer muitas outras mais, porque era a única possibilidade de regularizar. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, declarou que os assuntos não eram irrelevantes e deviam claramente estar munidos de toda a informação para poderem votar em consciência e perceber quais eram as situações. Aquela matéria em concreto mais uma vez não tinham tido capacidade, pelos documentos, de a perceber na totalidade, e fizeram uma pergunta muito simples que foi pedir uma explicação, mas se até uma explicação cria celeuma achava que estavam ali a exagerar um pouco na sensibilidade, porque eles simplesmente pediram uma explicação que o Técnico, naquele caso Chefe de

Divisão Dr. Ângelo teve capacidade de dar enquanto que a parte política não lhes deu e parecia até que estavam a perguntar alguma coisa que fosse indevida. Por isso, sinceramente achava que deviam ter era mais clareza e transparência a tratar de todos aqueles assuntos, porque os eleitos tinham direito a perceber o que é que votavam. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido o PONTO SETE a votação, foi aprovado com abstenção do PS  
**PONTO OITO:** Indicação de um membro do partido Social Democrata para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Mira, em cumprimento do disposto no Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mira, em articulação com o art.º 26º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação-----

**Tomou a palavra ao Presidente da Assembleia para explicar o documento:**

---- **O Sr. Nelson Maltez, Presidente da Assembleia Municipal,** explicou que aquele membro ia substituir o Deputado Rui Pedro Rocha e que o nome indicado pelo PSD era o da Sr. Sara Braguês. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

Foi colocado o nome a votação, onde o SIM obteve unanimidade. -----

**PONTO NOVE:** Eleição de um autarca de freguesia como vogal do Conselho Cinegético Municipal, nos termos do disposto no D.L. nº. 202/2004, de 18 de agosto, na atual redação-----

---- **Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia,** informou que ia a votação o nome da Presidente da Junta do Seixo e da Junta da Praia de Mira. -

----- **VOTAÇÃO** -----

Foram colocados os nomes a votação, foi eleita a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia do Seixo com catorze votos, sendo que o Presidente da Junta da Praia de Mira teve sete votos, e um voto em branco. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota**, disse ser um dos casos em que se houvesse uma conversas prévia com as bancadas, como era óbvio ia -se formalizar o resultado da situação até porque sabiam qual ia ser o resultado das coisas. Era um dos exemplos da falta de diálogo que ali existia em coisas tão simples como aquela, como era obvio iriam-se rever na indicação da Fernanda para aquela situação. -----

**PONTO DEZ:** Eleição de representante para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM-RC, nos termos do disposto no art.º 83º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que se tratava da substituição da Deputada Marta Cunha e Silva, que tinha renunciado o mandato de Deputada Municipal. A bancada do PSD apresentou a deputada Lurdes Mesquita para a sua substituição, questionou se a bancada do PS queria apresentar algum nome. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

Foi colocado o nome a votação, foi eleita a Deputada Lurdes Mesquita com dezassete votos a favor e três abstenções. -----

---- **Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia** que informou que tinham que eleger a suplente, o PSD tinha indicado o nome de Guida Reigota. -----

#### ----- VOTAÇÃO -----

Foi colocado o nome a votação, foi eleita com por unanimidade. -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

---- **Interveio a Deputada Maria José** disse não ter nada contra as pessoas, nem contra as suas opções eram todas legítimas, ainda assim os eleitos pelo PSD assumiram compromissos e alguns deles não estavam a ser cumpridos. --

**PONTO ONZE:** 3.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira - Pólo II, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 122.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio na atual redação – Tomada de conhecimento  
**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:** --

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou que era a terceira alteração ao PP da Zona Industrial de Mira, do POLO II, a última alteração que tinha existido em causa estava o objeto dos lotes que eram destinados a equipamento de utilização coletiva não ficassem sem qualquer ocupação havia aquela necessidade de mudança do objeto dos lotes trinta e nove, cinquenta e cinquenta e um, preferencialmente em equipamentos de utilização coletiva, poderiam os mesmos admitir a instalação a atividades económicas. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

---- **Interveio a Deputada Maria José**, disse que não tinham nenhum tipo de intervenção, já iam adiantados na hora, as reuniões continuavam a ter uns pontos bastante alargados que não lhes permitia, depois, aferir em consciência como gostariam. -----

**PONTO DOZE:** Assunção de compromissos plurianuais – Tomada de conhecimento-----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:** --

**1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara**, explicou que se tratava de uma fiscalização de obra para o Centro de Saúde, como se tratava de uma intervenção que iria para além do ano de 2024, deveria transitar para 2025 e tinha que ficar plasmado os compromissos plurianuais. -----

**TOMADA DE CONHECIMENTO** -----

**ENCERRAMENTO :** -----

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas 21h45m, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos

e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

---

(Nelson Teixeira Maltez)

O 1.º Secretário

---

(José Luís Pimentel Lavrador)